

REVISTA DE SEGUROS

• O ECONOMISTA GRECO
PLATON TINIOS EM
ENTREVISTA EXCLUSIVA

• RELAÇÕES DE CONSUMO:
SOLUÇÕES COLETIVAS
E SUSTENTÁVEIS



• MAIS DE MIL PESSOAS
DEBATERAM A RETOMADA DO
CRESCIIMENTO ECONÔMICO



PRODUTIVIDADE BRASILEIRA

É POSSÍVEL DESATAR
ESSE NÓ E O SEGURO
FAZ PARTE DA SOLUÇÃO



O MERCADO BUSCA GESTORES E EXECUTIVOS ESPECIALISTAS EM SEGUROS

MBA 2017



GESTÃO DE SEGUROS
E RESSEGURO

GESTÃO JURÍDICA DO
SEGURO E RESSEGURO

GESTÃO DE RISCOS
E SEGUROS



EM BREVE
Curso disponível
também em EaD.

CONFIRA TAMBÉM OS NOSSOS
CURSOS DE EXTENSÃO DISPONÍVEIS EM EaD.

ACESSE
funenseg.org.br



Dúvidas e informações: 0800 025 3322
posgraduacao@funenseg.org.br



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS

05

EDITORIAL

A CNseg dá continuidade às mudanças na linha editorial da Revista de Seguros, que passou a ser um veículo de notícias e ganhou a partir desta edição nova programação visual.



06

ENTREVISTA

O economista grego Platon Tinios fala sobre a reforma da Previdência em seu país, que hoje passa por um ajuste doloroso por ter adiado a solução do problema.

08

PRODUTIVIDADE

Elevar a eficiência do País é fundamental para garantir a retomada do crescimento, e o setor de seguros tem papel de destaque no processo de recuperação econômica.

12

ORÇAMENTO DA UNIÃO

A crise fiscal brasileira exige cortes imediatos de despesas e reformas constitucionais para aliviar as contas públicas e ajudar o Governo na tomada de decisões.



14

ANO ELEITORAL

Num cenário imprevisível, em função de denúncias envolvendo políticos, as eleições de 2018 já estão na pauta dos partidos, que discutem seus possíveis candidatos.

22

REFORMA TRABALHISTA

Especialista no tema, Paulo Sergio João afirma que a nova legislação representa mais responsabilidade contratual e relações baseadas no princípio da boa-fé.



27

EDUCAÇÃO EM SEGUROS

Prevalência dos interesses individuais sobre os coletivos tem impactado a construção de ambientes mais equilibrados na prevenção de conflitos.



28

8ª CONSEGURO

Maior acontecimento nacional do mercado segurador, a oitava edição da Conferência bienal mostrou a relevância do setor para os rumos futuros do País.



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Jayme Brasil Garfinkel

VICE-PRESIDENTES NATOS

Edson Luis Franco, João Francisco Silveira Borges da Costa, Marco Antonio da Silva Barros e Solange Beatriz Palheiro Mendes

VICE-PRESIDENTES

Mario José Gonzaga Petrelli, Osvaldo do Nascimento e Gabriel Portela Fagundes Filho

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Alexandre Malucelli, Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade, Francisco Alves de Souza, Gabriela Susana Ortiz de Rozas, Irlau Machado Filho, Ivan José de La Sota Duñabeitia, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, José Maurício Pereira Coelho, Luiz Eduardo Loureiro Veloso, Marcelo Mancini Peixoto, Nilton Molina, Octavio de Lazari Junior, Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão, Pedro Pereira de Freitas e Wilson Toneto

DIRETOR GERAL EXECUTIVO

Marco Antonio da Silva Barros

REVISTA DE SEGUROS

Véículo de notícias de interesse do mercado segurador

EDITORIA-CHEFE

Ângela Cunha – MTb/RJ12.555

EDITOR EXECUTIVO

Vagner Ricardo

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação
viatexto@viatexto.com.br
21 - 2262.5215

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Vania Mezzonato – MTb 14.850

REVISÃO

Claudia Mara Alcon dos Santos e Vagner Ricardo.

COLABORADORES

Beatriz Borges, Bianca Rocha, Carmen Nery, Chico Santos, Danylo Martins, Denise Bueno, Francisco Luiz Noel, Julia Lindner, Luciana Calaza, Maria Luisa Barros e Vagner Ricardo.

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, banco de imagens Google e divulgação de empresas.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DIAGRAMAÇÃO

Tapioca Comunicação

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência de Comunicação – CNseg
Adriana Beltrão, Claudia Mara e Rodolfo Campos.
Rua Senador Dantas, 74/2º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-201
Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: revistadeseguros@cnseg.org.br

Escritório CNseg/Brasília

SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – sala 1607

GRÁFICA

Walprint

DISTRIBUIÇÃO

Serviços Gerais/CNseg

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Impresso: 2.500 exemplares
Digital: 3.500 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

A nossa maior comemoração é a sua tranquilidade.

19 de outubro - 1º. aniversário da Rádio CNseg



Ícone do Programa de Educação em Seguros da CNseg, a Rádio CNseg orgulha-se em trazer para a sociedade, diariamente, conteúdo de grande relevância sobre o universo dos seguros. Descubra online, no site e na programação, e sintonize na Rádio JBFM para conhecer a nossa parceria. Uma mistura que reúne música, informação e seguros.

CONECTE-SE COM A CNSEG

radio.cnseg.org.br

facebook.com/radiocnseg





LIÇÕES INSPIRADORAS PARA A ERA DO IMPREVISTO

Os modelos de negócios terão de incluir novas variáveis impostas pelas inovações tecnológicas, sem ignorar fatores macroeconômicos estratégicos.

Marcio Serôa de Araujo Coriolano
Presidente da CNseg

A Revista de Seguros, em alinhamento com a nova política de comunicação da CNseg de ampliar o diálogo com todos os tipos de público, prossegue com as mudanças em sua linha editorial, iniciadas na sua edição nº 900.

A revista evolui de seu papel de órgão de divulgação institucional, passando a se caracterizar como um veículo de notícias, reforçando proposta de dar tratamento multidisciplinar aos temas da atualidade que impactam direta ou indiretamente a atividade seguradora.

Nesta edição, muda também a leitura da Revista de Seguros, que estreia seu novo desenho gráfico, incluindo reformulação na tipografia de títulos e de fontes das matérias e planos fotográficos mais sofisticados em busca de uma linguagem mais atrativa. Essa reformulação alinha-se ao esforço institucional de falar “para fora”, isto é, para públicos variados e qualificados, como os Três Poderes, formadores de opinião e órgãos de representação da sociedade.

Lições inspiradoras extraídas da 8ª CONSEGURO são reverberadas nas páginas a seguir; reportagens sobre tópicos relevantes - como a produtividade (nossa matéria de capa), o orçamento de gastos limitado pelas dificuldades fiscais do Governo e as incertezas geradas pelo ano eleitoral de 2018 - oferecem bússolas mais adequadas na travessia para a era do imprevisto. Nada será como antes.

A revista também aborda opiniões muito assertivas sobre como os modelos de negócios terão de incluir novas variáveis impostas pelas inovações tecnológicas, sem ignorar fatores macroeconômicos estratégicos, como a continuidade das reformas estruturais. É preciso não só saudar a reforma trabalhista aprovada, mas lembrar aos ainda insensíveis à reforma da Previdência Social o quanto custoso é adiar as mudanças.

Não se deve permitir que o Brasil reproduza aqui a tragédia grega no campo da previdência. Por ignorar os alertas feitos ainda nos anos 90, o ajuste previdenciário na Grécia agora é doloroso: mais de 12 cortes no valor das aposentadorias, e benefícios 50% inferiores aos que eram pagos em 2009, ano da eclosão da crise naquele país. E o equilíbrio ainda não foi alcançado.

Mas há outros desafios no radar, como o avanço da inteligência artificial e o modo de fazer negócios na era dos compartilhamentos. Enfim, muitas perguntas ainda sem respostas. A despeito disso, há um grande papel a ser protagonizado pelo mercado segurador nos próximos anos.

Boa leitura!

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O EXEMPLO QUE VEM DA GRÉCIA



O economista grego Platon Tinios compartilhou um pouco da experiência vivida pela Grécia, país que ainda enfrenta severos desafios desde a crise que abalou a economia global em abril de 2009. Uma das razões para o agravamento do problema foi a falta de coragem dos políticos para promover uma reforma previdenciária que estancasse de vez a sangria do caixa do Governo, o que acabou por gerar um déficit fiscal com consequências catastróficas. Veja abaixo os principais trechos da entrevista que ele concedeu à Revista de Seguros.

Quais são os sinais de que a crise na Previdência está se tornando mundial?

Os sinais estão nos números, entretanto, os dados numéricos são menos importantes do que a insegurança que as pessoas sentem. Há uma insegurança cada vez maior sobre as promessas e o que de fato é realizado. O desafio para a indústria de seguros é tentar acabar com essa insegurança.

E por que é tão difícil fazer ajustes nos planos de previdência?

Porque parece um jogo onde há apenas perdedores e ninguém sai ganhando. Por exemplo, na Fran-

"O que aconteceu na Grécia é um bom exemplo para explicitar os riscos, pois lá o Estado tomou tanto dinheiro emprestado para subsidiar a previdência que quebrou."

ça houve uma reforma há dois anos e as pessoas que protestavam contra a reforma eram estudantes do ensino médio, que deveriam estar a favor da reforma porque são eles que irão contribuir para a previdência do futuro. Mas eles saíram às ruas protestando contra as propostas de reforma.

Quais são os riscos que correm os países que adiam a reforma?

O que aconteceu na Grécia é um bom exemplo para explicitar os riscos, pois lá o Estado continuou tomando dinheiro emprestado para subsidiar a Previdência por tanto tempo e tomou tantos recursos para isso que, depois de algum tempo, não havia mais dinheiro para se pegar emprestado – e quebrou. Só depois que o país quebrou é que eles partiram para fazer a reforma da Previdência. E eu acho que, indiscutivelmente, a crise financeira foi pior do que teria sido se a reforma tivesse sido feita antes.

E que tipo de recomendação o senhor poderia fazer aos políticos brasileiros?

Todos devem pensar sobre seus problemas e abordá-los abertamente. A pior coisa é negar o problema e levar o país à falência, como aconteceu na Grécia. As pessoas apenas fingiram que o problema não existia – e fizeram isso por cinco anos. É muito fácil dizer meias verdades e depois justificar que o país tem idosos sem recursos, por má gestão da riqueza ou falta de contribuição de renda. Tudo isso é verdade, mas não é suficiente para resolver o grande problema da falta de atenção



à longevidade e à necessidade de reforma. É um problema muito grande.

O senhor acha que o Brasil corre o risco de se tornar uma nova Grécia?

Bem, em termos de previdência, provavelmente sim. Mas o Brasil dispõe de recursos que a Grécia não possuía. É um país grande, aberto, mais produtivo e mais jovem, entre outras diferenças importantes. Mas, ao mesmo tempo, a Grécia, sendo parte da União Europeia, tem vários mecanismos para operar que o Brasil não tem. Foi a União Europeia que, no fim das contas, fez a reforma e está nos emprestando dinheiro.

E como está a previdência na Grécia hoje em dia?

Está em um estado de transição, porque começou com algo que estava muito fragmentado, sem nenhuma regra. A exceção era a regra. E agora ela está tentando se ajustar a um sistema social organizacionalmente. A Grécia tinha mais de 200 fundos de pensão. Hoje há apenas um. Então, em resposta a sua simples pergunta de como está a previdência na Grécia hoje, eu diria: está uma bagunça.

“A Grécia está em um estado de transição, porque começou com algo que estava muito fragmentado, sem nenhuma regra. Agora está tentando se ajustar.”

Mas o senhor acredita que algum dia isto será corrigido?

Os problemas de transição serão corrigidos. A questão é: como passar de um sistema com 200 fundos de pensão para um? Como conseguir que sistemas de computador distintos conversem entre si? Como ter certeza de que, quando um

pedido de benefício entrar no sistema, não levará cinco anos para ser processado? Essas situações serão resolvidas nos próximos dois ou três anos e depois nos sobrarão as grandes questões. O que está pendente no momento é algo que é melhor do que o que tínhamos em 2009, mas ainda não é o que precisamos hoje.

E quais são as lições da reforma grega para o mundo?

A primeira lição é tentar ter um mapa muito definido sobre para onde você está indo e tentar ao máximo ser transparente sobre onde você está. O que aconteceu na Grécia é que tivemos uma reforma que durou de 2010 até 2017, passando por uma série de etapas diferentes. E depois de vencer uma etapa, o Governo dizia que o problema estava resolvido. Dois anos depois, voltavam e resolviam problemas que ficaram pendentes. E isso quebra a confiança das pessoas, dos investidores e dos governos de outros países. A questão sobre seguro social e seguro privado precisa ter credibilidade. Se você pensa que vai resolver o problema destruindo a confiança do sistema social, você está na verdade destruindo a confiança, o que prejudicará a correção do sistema.

RETOMADA DEPENDE CADA VEZ MAIS DA PRODUTIVIDADE

Agenda de mudanças para elevar a eficiência torna-se o 'pulo do gato' para a economia voltar aos trilhos, e o seguro tem papel proativo neste processo de recuperação.

A produtividade, ingrediente fundamental na receita de países que perseguem crescimento sustentado, anda mal das pernas no caso brasileiro e permanece em posições ínfimas na corrida mundial de aumento da eficiência econômica. No seu melhor momento, na década de 1980, eram necessários dois trabalhadores brasileiros para realizar o que um americano fazia; em 2016, eram quatro para um, segundo dados do Conference Board, entidade americana.

Não há bala de prata nessa questão, mas pelo menos um mapa começa a ser rascunhado às pressas pelo Governo, por meio de uma área específica criada pelo Ministério da Fazenda para cuidar das chamadas reformas microeconômicas, sob a direção do economista João Manoel Pinho de Mello, autor do estudo “Produtividade: a chave para o crescimento sustentado”.

Um ambiente mais favorável aos negócios é fundamental para fazer a produtividade brasileira reagir e, nesse sentido, o mercado segurador, hoje considerado um dos mais modernos e produtivos, pode ter um papel ainda mais importante nessa equação. Além de dar suporte a



“O setor de seguros tem um grande papel na economia nacional, porque o País precisa muito de investidores e essas empresas ajudam a administrar o risco dos investimentos.”

Armando Castelar

outros setores, protegendo-os de inúmeros riscos, poderá oferecer capitais para a realização de investimentos - o mercado mantém mais de R\$ 800 bilhões em provisões técnicas.

Porém, a agenda da produtividade é extensa, tem um longo e duro caminho a ser percorrido, barreiras de resistências a serem superadas até que surjam benefícios e resultados difusos e graduais. Ou seja, é preciso que haja vontade política. Entre os tópicos que afetam a produtividade (que é a relação entre o que é produzido por um país e os meios empregados para isso), estão um sistema tributário perverso, legislação trabalhista onerosa até a recém-aprovada reforma trabalhista, que entra em vigor em novembro, infraestrutura excessivamente precária e direcionamento de crédito para alguns setores em detrimento de outros, por exemplo. E são conhecidos alguns remédios para ampliar a produtividade, como o aumento da oferta de emprego e a melhoria da escolaridade dos trabalhadores.

Como consequência, tem-se a má alocação de recursos financeiros, da força de trabalho e do capital humano no mercado de trabalho, os altos custos de entrada dos produtos no País e a



redução da competitividade, os preços altos de insumos – tanto para quem produz quanto para quem consome – e uma menor capacidade de produzir.

A proposta do Governo é no sentido de criar melhores condições de competitividade para as empresas, com estabilidade e qualidade regulatória; desburocratização de processos; revisão e integração de vários níveis de Governo para a facilitação de abertura e fechamento de empresas (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim); facilitação dos procedimentos de importação e exportação (Portal Único de Comércio Exterior e Operador Econômico Autorizado); ampliação do e-Social até julho de 2018 para todas as empresas; e redução do *spread* de maneira sustentável; entre outros mecanismos que podem gerar efeitos difusos e positivos.

A tempestade quase perfeita – recessão econômica prolongada e crise política – é outro percalço no caminho da produtividade. A vigorosa ação contra corrupção, a partir da Lava-Jato, é

bem-vinda, mas afetou o ritmo de setores estratégicos da economia, como petróleo e construção civil, grandes empregadores. O custo dessa limpeza ética, em consequência, tem sido elevado, cobrando um preço alto da população. Afinal, a trajetória do desemprego chegou a 13,3% no trimestre encerrado em junho, o que totalizou cer-

mares bem abaixo do esperado para este ano. Os juros, ainda altos, emperram investimentos e precisam ser menores para assegurar o retorno do capital empregado. Sem isso, será mais difícil alcançar o ponto de inflexão da taxa de produtividade brasileira, sem qualquer sinal de recuperação. Ao contrário, o ritmo por trabalhador caiu em média

2% a cada década, desde então. Os motivos para isso são diversos: baixo investimento em tecnologias, variadas cobranças tributárias, investimento de recursos públicos de maneira ineficiente e com pouco retorno.

Coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas – Ibre/FGV e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Armando Castelar afirma que falta demanda doméstica para a retomada da economia no Brasil. “A conta é simples: o Governo gasta mais do que arrecada e não consegue animar o consumo interno e os investidores privados, sejam eles nacionais ou estrangeiros.”

Quanto à produtividade, a receita é mais difícil de ser cumprida, segundo Castelar, porque tem

Comparativamente a outros países, há muitas pessoas trabalhando em atividades pouco produtivas, que exigem menos tecnologia e pouca injeção de capital.

ca de 13,8 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho. Trata-se da maior taxa da história do País, desde o início da medição, em 2012.

Resultado: a produtividade tem atingido pata-



relação direta com a vontade política. Ele explica que, no Brasil, comparativamente a outros países, há muitas pessoas trabalhando em atividades pouco produtivas, que exigem menos tecnologia e pouca injeção de capital. Além disso, a informalidade e o trabalho conhecido como “por conta própria” crescem a patamares bastante ampliados, o que aumenta a improdutividade brasileira.

Para ele, empresas pequenas não têm escala de produção e, consequentemente, investem pouco em tecnologia. Por isso, são consideradas pouco produtivas. “Serviços considerados modernos no Brasil, como é o caso do setor de seguros, por exemplo, são comparados, em termos de produtividade, com um *hall* de serviços classificados como tradicionais em outros países, como hotelaria e alimentação. Ou seja, estamos atrasados no segmento produtivo, se nos compararmos a outras nações”, analisa.



PAPEL DOS SEGUROS

Apesar de o setor de seguros ter uma contribuição de peso no desenvolvimento econômico interno, ao responder por 6,2% do Produto Interno Bruto – PIB e ser grande investidor em títulos públicos federais, o economista Armando Castelar afirma que o ponto mais desafiador

será administrar o capital e gerar recursos nesse período de baixos investimentos. “O setor de seguros tem um grande papel na economia nacional, porque o País precisa muito de investidores e

essas empresas ajudam a administrar o risco dos investimentos”, avalia.

No ano passado, o mercado segurador no Brasil registrou crescimento nominal de 9,2% em volume de prêmios. O resultado foi muito além da variação do PIB, cuja expressão real (descontada a inflação) fechou em queda pelo segundo ano consecutivo, com retração de 3,6% em relação a 2015. Foi o segundo ano consecutivo em que houve recuo do PIB em valores reais – chegou a R\$ 6,266 trilhões em 2016.

O setor de seguros reúne empresas que comercializam os mais diversos tipos de produto: 115 de Seguros Gerais, 17 de Capitalização, 20 entidades abertas de Previdência Complementar, 136 Resseguradores e 1.095 na Saúde Suplementar. Ao todo, essas empresas geraram mais de 150 mil empregos diretos no ano passado. De janeiro a novembro de 2016, as empresas brasileiras do setor arrecadaram R\$ 210,6 bilhões, o que significa um aumento de 8,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para 2017, o mercado segurador estima crescimento nominal entre 9% e 11%.

Apesar da representatividade do setor, o economista Armando Castelar acredita que será preciso investimentos mais agressivos no mercado brasileiro. Um ponto positivo para isso é a queda na taxa básica de juros, revista mensalmente



“Estamos tratando de uma variável (produtividade) que está estagnada há décadas, e não haverá alterações sem que os problemas de alocação gestados nos últimos anos sejam resolvidos.”

Pedro Nery

pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central – Copom. “Se realmente houver essa queda nos juros, com patamares mais baixos para 2018, os investimentos no Brasil e, consequentemente, a produtividade tendem a aumentar gradativamente”, acredita.



REFORMA TRABALHISTA

O economista e consultor legislativo do Senado Federal, Pedro Fernando Nery, acredita que a reforma trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional em julho, foi um avanço para o aumento da produtividade nacional. Ele lembra a expressão utilizada pelos autores do livro "Complacência", Alexandre Schwartsman e Fábio Giambiagi, que afirmam: ‘a produtividade tinha que se tornar uma questão de obsessão nacional’.

“É notório que a reforma trabalhista vai am-

pliar muito a produtividade no ambiente de trabalho, porque trata-se de mudanças em relação à maior liberdade para as empresas remunerarem

mento da produtividade em vez de investir mais energia no crescimento da economia, haveria uma elevação exponencial da produção nunca antes vista. “Estamos tratando de uma variável (produtividade) que está estagnada há décadas, e não haverá alterações no curto prazo, sem que os problemas de alocação gestados nos últimos anos sejam resolvidos”, acredita.

É preciso que o Governo mantenha uma boa agenda de reformas que ainda tramitam no Congresso para que haja uma chance de melhora da produtividade a médio prazo.

seus empregados de acordo com a produtividade de cada um”, afirmou.

Para Nery, se o País fixasse seus esforços no au-

mento da produtividade a médio prazo. Além disso, ele aponta os investimentos em educação como uma solução de curto estrutural e que deve ser amplamente atacado. “Para se ter uma produtividade mais duradoura, é preciso aplicar tempo e recursos no nosso sistema educacional. Nos últimos anos, a quantidade das pessoas na escola e nas universidades cresceu, mas a qualidade ainda caminha a passos lentos”, avalia.

MEDIDAS DEVEM SER FOCADAS NA REDUÇÃO DA BUROCRACIA

O economista do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro – CPES, Lauro Faria, acredita que resolver a questão do aumento da produtividade brasileira não é algo tão simples. Para ele, a curto prazo as medidas devem realmente ser focadas na redução da burocracia para abrir e fechar empresas e para empreender, como o Governo propõe. “Manter empresas ineficientes, que não movimentam a produtividade do País, não traz resultados práticos”, alerta.

Já a médio prazo, ele avalia que é preciso alterar a legislação tributária e a proteção fiscal que alguns setores têm em detrimento de outros. “Por deter uma das maiores cargas tributárias mundiais, o País entrava a produtividade sobremaneira”, afirma.

A longo prazo, o economista ressalta que é primordial inovar na educa-

ção oferecida no Brasil. “Não é possível apenas nos contentarmos em colocar uma criança na escola, sem acompanhar a qualidade do que está sendo oferecido”, critica.

A respeito do alcance do mercado segurador em âmbito nacional e, consequentemente, da ampliação da produtividade, ele afirma que, por ser um País em que a população ainda investe pouco em seguros, há amplitude de crescimento. “Setenta por cento da frota de veículos brasileiros, por exemplo, não é segurada. A pequena e a média empresa recorrem pouco aos seguros”, informa. Para ele, alguns setores têm mostrado grande capacidade de produtividade, especialmente nesse momento de crise econômica. “O setor de seguros vem crescendo acima do PIB, nos últimos anos, e isso é uma contribuição valiosa que precisa ser mais explorada”, sugere.



Manter empresas ineficientes, que não movimentam a produtividade do País, não traz resultados práticos.

Lauro Faria

CRISE FISCAL EMBARALHA PREVISÕES ECONÔMICAS

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias defende cortes imediatos de despesas e reformas constitucionais para flexibilizar a previsão orçamentária e aliviar as contas públicas.

No atual horizonte político brasileiro, diriam antigos políticos, o que há de mais previsível é a posição das nuvens. A incerteza que, alertam economistas, acirra ainda mais a crise pela qual passa o País (a pior dos últimos 70 anos, em que houve duas quedas consecutivas do Produto Interno Bruto – PIB) e dificulta sobremaneira a tomada de decisões para encontrar uma saída e retomar o crescimento econômico.

É neste quadro que está em debate a mais importante pauta da economia brasileira: a crise fiscal. O palco destas negociações é justamente o Congresso Nacional, de onde vêm os ventos que estão a embaralhar as análises de conjuntura. Por lá, alerta o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Marcos Pestana (PSDB-MG), a sensibilidade para os desequilíbrios das contas públicas é muito baixa.

“A situação fiscal brasileira é uma verdadeira tragédia e as pessoas em geral não compreendem a conexão entre déficit fiscal, taxa de juros, ritmo de crescimento, tamanho da dívida e formação de expectativas”, diz o parlamentar, que defende cortes imediatos de despesas e reformas constitucionais para flexibilizar a previsão orçamentária e aliviar as contas públicas no médio e longo prazos.

Hoje, segundo Marcos Pestana, 83% do orçamento são destinados a despesas obrigatórias, determinadas por dispositivos constitucionais. Para mudar isto, só com reformas, como a da Previdência Social, a Fiscal e a Tributária. Essas medidas, que precisam de quórum qualificado

de no mínimo 3/5 dos deputados (308 votos) e dos senadores (49), não parecem viáveis no atual cenário político, segundo as análises dos economistas Raul Velloso, consultor em Contas Públicas, e Istvan Kasznar, professor e assessor da presidência da Fundação Getulio Vargas – FGV,





“A situação fiscal brasileira é uma verdadeira tragédia, e as pessoas em geral não compreendem a conexão entre déficit fiscal, taxa de juros, ritmo de crescimento, dívida e formação de expectativas”

Marcos Pestana



“A revisão da meta mostra que o Governo entendeu a dificuldade ou a inconveniência de propor novo aumento de impostos para compensar a frustração da expectativa de arrecadação.”

Raul Velloso



“A retomada da economia só virá com reformas que permitam o reequilíbrio das contas públicas e medidas para atrair investidores. Enquanto isso, restará aos brasileiros chupar o dedo e pagar impostos.”

Istvan Kasznar

no Rio. Eles defendem caminhos alternativos para aliviar as contas públicas, o que é necessário.



QUEDA NA ARRECADAÇÃO

Depois de muita hesitação, o Ministério da Fazenda anunciou o aumento do déficit de R\$ 20 bilhões a mais, para esse ano, e de R\$ 30 bilhões a mais, para 2018. “A revisão da meta mostra que o Governo entendeu a dificuldade ou a inconveniência de propor novo aumento de impostos para compensar a frustração da expectativa de arrecadação. De qualquer forma, são medidas tímidas para evitar um mal maior. É preciso repensar a estratégia que vem sendo adotada pela Fazenda”, defende Velloso.

O economista alerta que a nova proposta do Governo permite que vários setores do Estado estourem os limites impostos pela PEC do Teto, contendo apenas os investimentos públicos, necessários, segundo ele, para alavancar a economia em um quadro de recessão tão aguda. Velloso sugere tetos setoriais, em que as responsabilidades pelo ajuste sejam divididas pelos setores e pelos três Poderes.

A medida mais urgente, segundo ele, é ajustar as contas da Previdência Pública, que pode ser

equacionada com a criação de um fundo a ser capitalizado com ativos do Estado. Ele defende também que o Governo socorra estados em dificuldade, como o Rio de Janeiro, e capitalize o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para favorecer a retomada da economia e reaquecer o mercado de prestação de serviços, o maior e mais frágil dos três setores da economia. Os outros, Velloso diz, têm as exportações como alternativa.



ÍNDICES DE CRESCIMENTO

O mercado interno também preocupa o professor Istvan Kasznar, que considera a situação fiscal brasileira ‘absurda’ e minimiza os índices de crescimento apresentados ultimamente pelo Governo, afirmando que são pífios e que os anos de 2017 e 2018 já estão perdidos.

“Sempre existem setores que ficam incólumes em uma crise política ou econômica. As firmas especializadas em exportar *commodities* estão indo muito bem, assim como as empresas de prestação de serviços de tecnologia da informação, informática, *software*, redutores de custos administrativos, sistemas de racionalização da

produção industrial, racionalização de dispêndios e as bancas de advocacia especializadas em quebras e renúncia fiscal. Há sempre um mercado na crise”, destaca Istvan Kasznar.

Mas essas facilidades não são para todos. O professor lembra que é ‘uma barbaridade’ a taxa de desemprego representar 13% da População Economicamente Ativa – PEA e afirma que, neste quadro, quase ninguém é poupado.

“Apenas oito dos 78 alunos da Engenharia Civil da UFRJ conseguiram emprego semestre passado. Em Curitiba, que tem uma situação melhor do que a do Rio, a coisa não é muito diferente. Apenas 31% dos estudantes da Politécnica estão empregados. Isso quer dizer que a jovem elite não está encontrando trabalho ou emprego e vem sendo forçada a tentar trabalhar de forma autônoma, o que não funciona no País”, diz o professor.

Istvan Kasznar afirma que o desastre que vivemos na economia tem origem no Governo Dilma Rousseff e que o Governo Temer não tem força política para corrigir o rumo das coisas. “A retomada da economia só virá com reformas que permitam o reequilíbrio das contas públicas e medidas para atrair investidores. Enquanto isso não acontecer, restará aos brasileiros chupar o dedo e pagar impostos.”

LEGENDAS INDICAM CANDIDATURAS EM MEIO A CENÁRIO CONTURBADO

Analistas políticos avaliam que, para os candidatos à Presidência, é melhor que as reformas necessárias, mas impopulares, sejam aprovadas ainda no Governo Temer.

Denúncias contra políticos de diferentes partidos tornam imprevisível o cenário para a eleição presidencial de 2018. Apesar da crescente rejeição da população à classe política, as legendas já iniciaram o processo de construção de possíveis candidaturas. Neste cenário, Michel Temer (PMDB) tornou-se o primeiro presidente brasileiro a ser denunciado criminalmente. Após conseguir barrar o processo na Câmara dos Deputados, ele se esforça para permanecer no cargo até o final de 2018 e aprovar reformas estruturantes, como a da Previdência Social.

Para especialistas, o resultado da eleição terá ligação direta com a reação da economia à gestão Temer. O cientista político Octavio Amorim Neto, da Fundação Getulio Vargas – FGV, considera que as medidas econômicas defendidas pelo atual Governo são o principal ‘dilema eleitoral’ atualmente. “Se as reformas e a atual política econômica resultarem em crescimento e redução do desemprego no ano que vem, os governistas se verão fortalecidos em 2018. Se não, a oposição ampliará suas possibilidades”, avaliou.



“Se tivermos bons candidatos, a eleição vai empurrar a economia para o crescimento. Mas, se houver um perfil incerto entre os finalistas, mais populista, o cenário vai ser de incerteza.”

José Augusto Fernandes



REFORMAS NECESSÁRIAS

Estudos avaliam que, independentemente da corrente política, o próximo presidente

precisará dar continuidade às reformas, embora sejam impopulares. O cientista político Adriano Oliveira, professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, acredita, inclusive, que é mais vantajoso para todos os partidos que as reformas sejam aprovadas no Governo Temer, para que eles não tenham que lidar com o assunto, caso assumam a Presidência no ano que vem. Para Oliveira, um discurso mais radical contra as reformas poderia até mesmo inviabilizar uma candidatura no segundo turno, por conta do distanciamento com o setor produtivo.

Para o diretor de Política e Estratégia da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, José Augusto Fernandes, a aprovação da reforma previdenciária deveria ser de interesse de todos os partidos e qualquer tentativa de reversão da medida seria ‘um suicídio coletivo’. “Não é melhor que o candidato eleito possa focar em temas como Saúde e Educação, em 2019, em vez de se preocupar com a Previdência?”, questionou.

Fernandes avalia que o impacto do pleito na economia vai depender do perfil dos principais candidatos. “Se tivermos bons candidatos, não tenho dúvida de que a eleição vai empurrar a economia para o crescimento. Mas, se houver um perfil incerto entre os finalistas, mais po-



“O Lula sai, mas o ‘lulismo’ fica. A eventual saída de Lula não vai beneficiar ninguém, só vai sugerir que não haverá um candidato favorito na disputa, muito pelo contrário.”

Adriano Oliveira



CENÁRIOS POSSÍVEIS

O mundo político analisa dois cenários possíveis para as próximas eleições: um com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outro sem ele. Atual líder nas pesquisas eleitorais para o pleito de 2018, Lula foi condenado a nove anos e meio

de prisão. Caso a decisão seja confirmada na segunda instância, ele poderá ficar inelegível.

Mesmo fora do pleito, especialistas avaliam que Lula ainda poderia emprestar sua imagem para alavancar um de seus colegas de partido. Neste caso, o nome favorito é o do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad. “O Lula sai, mas o ‘lulismo’ fica. O apoio a Lula, que chega a ter 30% de aprovação em algumas regiões, será transferido majoritariamente para o candidato do PT. A eventual saída de Lula não vai beneficiar ninguém, só vai sugerir que não haverá um candidato favorito na disputa, muito pelo contrário”, disse o professor Adriano Oliveira.

Caso Lula não dispute a eleição, ainda poderá fomentar uma candidatura de aliança do PT com partidos da esquerda, como com o ex-governador do Ceará e ex-ministro Ciro Gomes, do PDT. Dentre os candidatos do campo oposicionista, há ainda a ex-ministra Marina Silva, da Rede.

Outro partido com dificuldades e ainda sem definição é o PSDB, onde há disputa entre o atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital paulista, João Dória. Visto como um ‘outsider’, Dória tem a possibilidade de mudar de partido, caso não consiga viabilizar sua candidatura pelo PSDB. A opção seria o DEM, sigla do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Em agosto, Dória foi elogiado pelo presidente Michel Temer, episódio visto como uma sinalização de apoio do PMDB ao tucano. A direção que os peemedebistas vão tomar na eleição também



“Se as reformas e a política econômica resultarem em crescimento e redução do desemprego, os governistas se verão fortalecidos em 2018. Se não, a oposição ampliará suas possibilidades.”

Octávio Amorim

pulista, o cenário vai ser outro, de incerteza”, opinou o diretor da CNI.

será um fator decisivo na disputa. Além disso, ainda há a possibilidade de o próprio Temer lançar sua candidatura, caso seja bem-sucedido em seu final de mandato.

Entre os melhores colocados nas pesquisas eleitorais recentes, aparece em segundo lugar o deputado Jair Bolsonaro. Por ser mais radical, especialistas avaliam que as chances de ele ser eleito devem ser reduzidas até o pleito, quando os outros partidos já terão definido seus candidatos.

INCERTO E DESCONHECIDO MUNDO NOVO

Em seu novo livro, Sérgio Abranches afirma que o mundo passa por uma transição profunda e radical, que produz muita incerteza pelo fato de nos levar rumo ao desconhecido.

Previsões frustradas pela economia, análises contrariadas pela política, certezas desmentidas pela dinâmica social. Os modelos teóricos, em crise pela velocidade e o ineditismo das transformações impulsionadas pela tecnologia em escala global, têm explicações cada vez menos convincentes. “Não vamos morrer no mesmo mundo em que nascemos”, avisa o sociólogo, cientista político e escritor Sérgio Abranches, diante das incertezas que prenunciam um novo tempo, foco de seu livro “A Era do Imprevisto – A grande transição do século XXI.”

A obra, lançada em abril pela Companhia das Letras, está na segunda edição, impulsionando o número de convites que o autor tem recebido para fazer palestras sobre o tema. As mudanças em curso, escreveu ele, são operadas em três revoluções: a socioestrutural, transformadora da organização social; a científico-tecnológica, marcada pela digitalização da sociedade e o advento de novas fontes de energia; e a climática, associada ao impacto da atividade humana sobre o aquecimento global.

“Os modelos econômicos, políticos e sociais não estão funcionando porque a sociedade, a política e a economia estão agindo de forma diferente daquela com que estamos acostumados”, afirma Sérgio Abranches, que dialoga no livro com pensadores contemporâneos como



“Os modelos econômicos, políticos e sociais não estão funcionando porque a sociedade, a política e a economia estão agindo de forma diferente daquela com que estamos acostumados.”

Sérgio Abranches

o polonês Zygmunt Bauman, o francês Edgar Morin e o brasileiro Eduardo Giannetti. “A grande transição é profunda e radical, o que produz muita crise e incerteza, pois não sabemos ainda como vai ser esse novo mundo, embora estejamos navegando em direção a ele”, diz.



VELHOS PARADIGMAS

Na economia, exemplifica o autor, a era do *hardware*, lastreada na indústria, dá lugar à do *software*, baseada no conhecimento, trabalho cooperativo e descentralização, num ambiente globalizado. Calcadas em velhos paradigmas, as análises já não dão conta da vida econômica. “Cada vez erra-se mais nas previsões sobre a inflação, o crescimento e o desemprego”, conta. O mesmo ocorre na política, como mostrou a vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos, para a incredulidade de analistas e acadêmicos.

As incertezas não deixam de fora o seguro, assinala Sérgio Abranches, apontando como desafios a elevação dos riscos, sobretudo climáticos, e o aumento da longevidade. “A indústria do seguro tem que convocar outros setores da sociedade a fazer a gestão de seus riscos e a minimizá-los”, recomenda. Quanto à maior expectativa de vida, associada à promoção da saúde e ao avanço da medicina, Abranches sugere novas formas de compensação previdenciária para a perda de renda, pois grande parte das pessoas mais velhas, tendo saúde, não ficará ociosa.

Confira a cobertura da palestra de Sérgio Abranches sobre o tema na 8ª CONSEGURO, na página 37. ●

TÁ COM

SEGURO AUTO COMPACTO

QUE CABE NO SEU BOLSO?

TÁ COM TUDO!



GREY Brasil

QUEM TEM SULAMÉRICA AUTO TÁ COM TUDO!

- Seguro completo feito sob medida para seus clientes
- Duas opções de franquia • E muito mais

Ofereça SulAmérica para o seu cliente.

Acesse: sulamericatacomtudo.com.br

Consulte as condições de contratação e uso. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

SulAmérica
Auto

A vida é imprevisível e, acredite, isso é muito bom.

INFLAÇÃO MÉDICA RESILIENTE AMEAÇA SAÚDE DO MERCADO

Estudo aponta que variação de custos médicos supera a inflação, em diversos países, por conta de novas tecnologias. Mas as falhas estruturais no Brasil potencializam a alta de custos.

Aresiliência da inflação médica ameaça a sustentabilidade do mercado de Saúde Suplementar, porque impõe custos crescentes às operadoras e repasses às mensalidades que, mesmo sem ser integrais, afastam aos poucos consumidores, os mais afetados pela falta de transparência dos preços de serviços médicos e hospitalares.

O índice de Variação do Custo Médico-Hospitalar - VCMH, utilizado como referência para balizar os custos dos planos de saúde, avança em larga escala desde 2013, quando atingiu 15%, chegando a alcançar 19,4% entre setembro de 2015 a setembro de 2016, dado mais recente do Instituto de Pesquisa de Saúde Suplementar - IESS. Sem indícios de redução, deverá ficar entre 18% e 20% em 2017, preocupando ainda mais o mercado. O custo é formado pela combinação da variação dos preços pagos por consultas médicas, exames complementares, atendimento ambulatorial, terapias e internações e aumento da quantidade de procedimentos utilizados por beneficiários desses serviços.

No estudo "Variação dos custos médicos hospitalares e inflação geral - Por que esses índices não são comparáveis no Brasil e no mundo?", o IESS identificou que, em diversos países, o VCMH supera a inflação média por conta da adoção de novas tecnologias, mais caras, e por conta do envelhecimento populacional, gerando mais demanda por serviços de saúde. Esses dois fatores também ocorrem no Brasil, mas as falhas estruturais do sistema brasileiro potencializam a alta de custos.

"Ainda há muita falta de informação para a população e a mudança de hábito em si também está longe de acontecer. Isso representa custos enormes para o sistema de saúde."

Lucas Correa

Doenças como pressão arterial e colesterol alto, sedentarismo e obesidade, por exemplo, impactam a qualidade de vida da população idosa nos países emergentes. A modificação do estilo de vida evitaria a maioria dos casos de doenças cardíacas, acidentes vasculares cerebrais, diabetes e muitas formas de câncer, segundo especialistas.

Foi o que fez a aposentada Rosina Cantelmo, de 69 anos, que colocou dois *stents* (tubo colocado no interior da artéria para evitar a obstrução total) dos 60 aos 65 anos. Com 67, ela decidiu fazer mais pela saúde e começou a pedalar. Hoje, Rosina participa de eventos de ciclismo pelo Brasil em percursos que chegam a 60 km.

"Na época do primeiro *stent*, o entupimento da minha artéria era de 98%. Passei a pedalar e, assim, impedir novo acúmulo de placas de gordura. O exercício melhora o sono, aumenta a imunidade e alivia o estresse. Por genética, meu colesterol é alto e há muitos anos preciso controlar com medicação. Mas, recentemente, passei a tomar uma dosagem mais baixa", comemora.

No entanto, essa não é a realidade da maioria da população, alerta o médico Alberto Ogata, presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida - ABQV, coordenador do MBA em Gestão de Programas de Promoção de Saúde do Centro Universitário São Camilo e diretor de Saúde e Benefícios do TRF-SP.



“Na época do primeiro stent, o entupimento da minha artéria era de 98%. Passei a pedalar e, assim, impedir novo acúmulo de placas de gordura. O exercício melhora o sono, aumenta a imunidade e alivia o estresse.”

Rosina Cantelmo

Segundo o sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, do Ministério da Saúde – Vigitel 2016, em uma década, houve aumento de 61,8% de diabetes e de 14,2% de hipertensão. A alimentação inadequada é o principal problema, seguido do álcool e de fatores bioquímicos, como pressão alta e açúcar no sangue.

“Vendo as pessoas correndo na praia, tem-se a impressão de que estão se cuidando mais. Mas os números contradizem essa percepção. A população tem uma vida mais longa, consegue sobreviver a um infarto ou doenças crônicas, mas o chamado ‘tempo de vida saudável’ caiu. Para o setor de seguros, é uma equação que não fecha”, afirma Ogata.

Lucas Corrêa, sócio-diretor da Prospectiva Consultoria e especialista em Políticas de Saúde, Ambiente Regulatório e Tendências de Mercado, ressalta que o ‘mundo fitness’ ainda é para poucos, pois hábitos de vida saudáveis envolvem custos e muitos ainda não podem se dar ao luxo de arcar com eles.

“Até por conta disso, o Estado intervém em questões como redução do teor de açúcar de determinados alimentos. Mas falta muita informação para a população e a mudança de hábito em si ainda está longe de acontecer. Isso representa custos enormes para o sistema de saúde”, informa.

Especialistas apontam ainda falhas estruturais do sistema brasileiro, como a atual forma de pagamento das operadoras de saúde aos prestadores de serviços, no qual se paga por quantidade e não por qualidade do atendimento — o que exigiria maior efetividade dos serviços. A falta de legislação específica é outra questão, pois abre brechas para casos de corrupção entre fornecedores, como foi o caso da máfia das próteses.

No Brasil, quase 2,5 milhões de pessoas deixaram os planos de saúde entre 2014 e 2016 e, mesmo assim, os custos continuaram crescendo acima de dois dígitos. Para Lucas Corrêa, as tecnologias e os médicos podem gerar economia significativa, se bem utilizados e orientados. Do contrário, geram custos enormes. “A inflação médica existe, é um elemento que precisa ser observado, mas deve ser entendida dentro de um contexto maior, que a distorce ainda mais”, ressalta Correa.

Ogata lembra que tecnologias digitais simples podem reduzir os custos de assistência médica. Empresas que encaram com seriedade a redução dos custos de serviços de saúde — e zelam pela saúde e bem-estar de seus funcionários — elaboram estratégias, com metas de acordo com o perfil de seu público. “Hoje os indivíduos já podem monitorar aspectos de sua saúde por meio de aplicativos de celular. Mas a sustentabilidade do setor passa por ajustar uma série de ralos do sistema, pelo estímulo à concorrência e pela transparência de preços e resultados.”

“A população tem vida mais longa, consegue sobreviver a infartos ou doenças crônicas, mas o chamado ‘tempo de vida saudável’ caiu. Para o setor de seguros, a equação não fecha.”

Lucas Correa

CRISE FAVORECE OS TÍTULOS DE GARANTIA LOCATÍCIA

Aumento do desemprego e retração do mercado imobiliário impulsionam o produto, que cresceu 16% de janeiro a maio deste ano, em comparação ao mesmo período de 2016.

A recessão no mercado imobiliário, provocada pela queda na venda de imóveis residenciais e comerciais, vem abrindo espaço para a locação de imóveis. A consequência direta desse movimento foi a expansão do segmento dos títulos de capitalização voltados para a garantia locatícia. Em função da crise que atingiu o País, muitos proprietários desistiram da venda para buscar um rendimento extra com os aluguéis.

Em meio ao cenário nebuloso, esses títulos têm crescido fortemente nos últimos anos: de janeiro a maio deste ano, o resultado foi 16% maior do que o observado no mesmo período de 2016, quando o setor arrecadou nos 12 meses do ano mais de R\$ 1 bilhão, segundo a Federação Nacional de Capitalização – FenaCap.

As mudanças no ramo de aluguéis tiveram um ingrediente extra. Com a retração da renda e o desemprego, um número maior de pessoas decidiu trocar imóveis mais caros por outros de menor valor. “O aumento nas locações, de forma geral, favorece a maior demanda das diversas modalidades de garantia locatícia. O que leva à procura pela Capitalização são as

“O aumento nas locações favorece a maior demanda das diversas modalidades de garantia locatícia. O que leva à procura pela Capitalização são as vantagens do produto em comparação aos demais.”

Pérsio Silveira

vantagens do produto em comparação aos demais”, avalia Pérsio Silveira, membro da Comissão de Produtos da FenaCap e gerente da Porto Seguro Capitalização.



ALTERNATIVA AO FIADOR

O título de capitalização de garantia locatícia é uma alternativa ao fiador e ao depósito-caução. A exigência da figura do fiador – até há pouco tempo, a única opção aceita para locação de imóveis – cria uma situação constrangedora para o inquilino, que precisa recorrer a parentes e a amigos próximos. Para ser responsável pelo contrato, o fiador deve ter um imóvel quitado em seu nome e ainda comprovar renda mensal de pelo menos três vezes o valor total do aluguel, para arcar com o pagamento, caso o locatário fique inadimplente. O depósito-caução exige depósito antecipado de valor equivalente a três meses de aluguel, que servirá para cobrir gastos eventuais, na falta de pagamento do aluguel.

Ao oferecer risco zero e ter funcionamento simplificado, a garantia locatícia é uma das opções mais atraentes no mercado imobiliário para





inquilinos e proprietários, que negociam o valor e podem incluir, por exemplo, despesas com IPTU, água, luz, condomínio etc. Em geral, o valor contratado corresponde a três meses de aluguel. O pagamento é único e deve ser feito por meio de boleto bancário.

Enquanto durar o contrato, o inquilino ainda participará de sorteios de prêmios em dinheiro e no final do período de locação, se não estiver devendo nada ao proprietário, poderá resgatar o valor do título de capitalização. “Os títulos são uma boa opção principalmente para os inquilinos que são de outros estados ou país. Muitos têm dificuldade para conseguir fiador. Por isso, outras soluções, como os títulos de capitalização, vêm ganhando mais adeptos”, constata Luiz Cláudio Moreira, diretor da Self Imóveis.



SEM EXIGÊNCIAS

Outra vantagem do título em relação às demais modalidades de garantia locatícia é a aceitação por qualquer tipo de locação de imóveis: residenciais, comerciais, galpões, terrenos e prédios. Não é necessário comprovar renda para



“Os títulos são uma boa opção principalmente para inquilinos de outros estados ou país. Muitos têm dificuldade para conseguir fiador. Por isso, os títulos de capitalização vêm ganhando mais adeptos.”

Luiz Cláudio Moreira

contratá-lo, nem mesmo se submeter a qualquer tipo de análise de crédito ou cadastro. Mesmo quem tem nome sujo na praça, com restrições financeiras, pode recorrer ao produto.

Algumas empresas de Capitalização oferecem gratuitamente serviços adicionais que podem ser acionados para reparos emergenciais no imóvel, como chaveiro, eletricista e encanador. Além disso, o inquilino tem descontos em ingressos de teatro, viagens, serviços automotivos e nas lojas de departamento parceiras. Os serviços são disponibilizados de acordo com cada região.

Mas é preciso saber que o título de capitalização não é um investimento, poupança ou loteria. É um produto voltado para pessoas que não têm disciplina para poupar e, portanto, servem de incentivo para juntar um dinheiro e adquirir bens ou alugar um imóvel, explica o educador financeiro Álvaro Modernell.

O consumidor também deverá ser informado que o título tem prazo de carência para retiradas e que só é possível resgatar 100% dos recursos acumulados ao fim do prazo de vigência, ou seja, quando terminar o contrato de locação. No final, é devolvido o valor capitalizado, corrigido por TR mais 0,5% de juros ao mês. ●



IMPACTOS POSITIVOS: AJUSTE OU MODERNIZAÇÃO DA LEI?

A nova legislação trabalhista representa a adequação do avanço já adotado pelas empresas, agora com grande carga de responsabilidade para empregado e empregador.

Muito ainda se discute quanto aos efetivos resultados da Reforma Trabalhista que teve início com a Lei nº 13.429/17, que tratou da terceirização e de ajustes do trabalho temporário e, depois, com a Lei nº 13.467/17. Alguns falam em retrocesso e outros em avanço e os indignados seguem na crítica, enquanto a lei posta entrará em vigor no dia 11 de novembro de 2017, com alterações substanciais no modelo trabalhista de relação de emprego, relações coletivas de trabalho e processo trabalhista.

Há inegavelmente uma transformação proposta pela Reforma que é sair do Direito do Trabalho de estrutura exclusivamente protecionista para maior concentração na responsabilidade contratual e no princípio da boa-fé. Falar de boa-fé não é moderno, mas trata-se de um princípio que deve fazer parte das relações jurídicas e, em especial, da vida em sociedade.

A chamada hipossuficiência econômica do empregado sempre foi um elemento de justificativa para a não aplicação da lei e, na maioria dos casos, foi geradora de conflitos trabalhistas intermináveis e alimentou a judicialização de conflitos, transformando a Justiça do Trabalho, como sugerem alguns, no último reduto de proteção trabalhista. Seria de fato assim, se o Judiciário não tivesse papel de socorrista, ou seja, resolve o processo, mas não a causa.

Agora temos uma lei que objetiva a eliminação da dúvida e a certeza de que as disposições contratuais não se submeterão à revisão da Judiciário

Trabalhista, exceto, por óbvio, e seria desnecessário advertir, naqueles atos de arbítrio do empregador e praticados no intuito de fraudar o Direito Trabalhista.

A Reforma propõe sair do Direito do Trabalho de estrutura protecionista para maior concentração na responsabilidade contratual e no princípio da boa-fé

A legislação trabalhista se moderniza porque incorpora situações que de fato sempre deixaram ao alvedrio de quem as interpretava a aplicação do Direito. Refiro-me, por exemplo, ao trabalho a distância, ou *home-office*. Inúmeras são as empresas que sempre o adotaram como forma de flexibilizar o cumprimento estéril de jornadas de trabalho de modo presencial. A ausência de normas específicas permitiu que a jurisprudência trabalhista se impusesse, gerando grande insegurança jurídica. O que poderia ser um facilitador para empregados e empregadores transformou-se em contingência trabalhista descontrolada.

Também na terceirização de serviços, a nova lei terminou com a discussão de sua adoção em atividade-fim e atividade-meio, ou a contratação de pessoas jurídicas, fazendo prevalecer a responsabilidade de quem adotar a terceirização de serviços como forma de gestão do negócio sem que represente a terceirização de mão de obra.

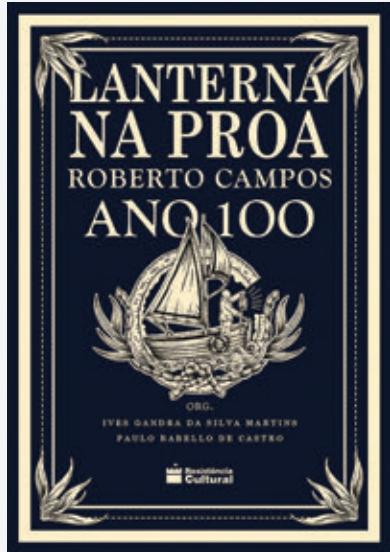
No plano do direito coletivo, a reforma trabalhista pretende tirar os sindicatos do imobilismo gerado ao longo dos anos, em especial porque tais entidades viviam no mundo perfeito: garantias de receita com a contribuição sindical obrigatória e uma legislação extremamente intervencionista – e que trouxe o alívio para a grande maioria de sindicatos no âmbito das negociações coletivas.

A modernização da legislação trabalhista representa a adequação do avanço já adotado pelas empresas e que agora passaram a ser previstos em lei com grande carga de responsabilidade das partes: empregado e empregador.

Paulo Sergio João | Advogado Trabalhista e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. É Professor de Direito do Trabalho na Graduação e Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de SP e da FACAMP (Campinas) e Professor de Direito do Trabalho da Fundação Getúlio Vargas. É sócio-fundador do escritório Paulo Sérgio João Advogados.



Lanterna na Proa



Opinião | Mario Petrelli

Vice-presidente da CNseg

“No momento em que o Brasil vive tantos fatos graves, julgo importante procurarmos nos ater também a algumas leituras que saem do cotidiano. Por isso, tomo a liberdade de falar sobre a magnífica obra que estou lendo no momento, recentemente lançada para marcar os 100 anos do eclético economista, diplomata, político, homem de letras e sempre consagrado Roberto Campos. O conteúdo do livro foi confiado a 62 autores, entre os quais os próprios organizadores, que escolheram seus temas e cumpriram, no tempo certo, a agradável tarefa.”

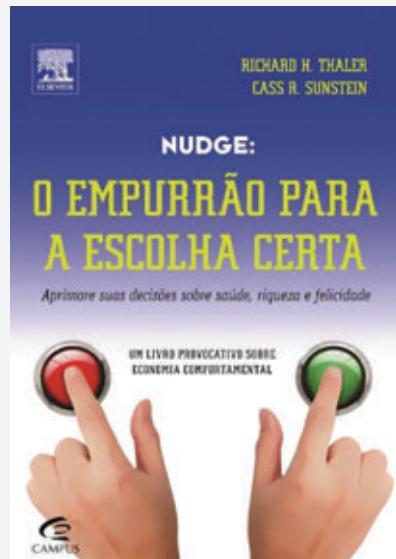
///Sinopse

Em comemoração ao centenário de Roberto de Oliveira Campos (1917-2001), a Livraria Resistência Cultural Editora entrega ao público o livro ‘Lanterna na proa – Roberto Campos Ano 100’, obra organizada por Ives Gandra da Silva Martins e Paulo Rabello de Castro. Mais de 60 personalidades do mundo literário, diplomático, político e empresarial se debruçaram sobre a vida e a obra do admirável brasileiro, apontando, a partir das suas ideias de liberdade, os caminhos que o Brasil deve trilhar para o desenvolvimento. Depois do sucesso de ‘O homem mais lúcido do Brasil – as melhores frases de Roberto Campos’, organizado por Aristóteles Drummond – um dos colaboradores do presente livro –, a Resistência Cultural, com esta obra, firma-se como editora comprometida com a divulgação do pensamento do grande economista e estadista, sobretudo em seu centenário, proclamando 2017 o Ano Roberto Campos.

Autor: Roberto Campos

Editora: Livraria Resistência Cultural Editora

Nudge: o empurrão para a escolha certa



Opinião | Helio Portocarrero

Consultor da CNseg

“A palavra *nudge* não tem tradução precisa em português. Significa um toque em sentido figurado para chamar a atenção. Eu teria traduzido o subtítulo como: um toque para a melhor escolha. Os autores apresentam um repertório de práticas institucionais baseadas no que chamam de ‘paternalismo libertário’, modos de induzir o ser humano normal a optar, em seu processo decisório, pelas melhores soluções, aquelas que seriam escolhidas pelos ‘econs’, seres abstratos inteiramente racionais, os supostos ‘decisores’ da teoria econômica tradicional. O livro é um manual de economia comportamental aplicada, leitura muito útil para pessoas que atuam no ramo de seguros e previdência e, além disso, muito divertido para todos os eventuais leitores.”

///Sinopse

Os autores mostram que, sabendo como as pessoas pensam, é possível se estabelecer uma ‘arquitetura da escolha’, que facilita o reconhecimento das melhores opções. Nossos erros nos tornam mais pobres e menos saudáveis; muitas vezes, tomamos decisões ruins que envolvem educação, finanças pessoais, cuidados com a saúde, hipotecas e cartões de crédito, a família e até mesmo o próprio planeta. O livro traz uma discussão inovadora sobre como podemos aplicar a nova ciência da arquitetura de escolhas para guiar as pessoas rumo a direções que irão melhorar suas vidas, tornando-as mais saudáveis, ricas e livres.

Autor: Richard Thaler e Cass Sunstein

Editora: Campus Elsevier



NOVIDADES DO MERCADO



ESTUDO RELACIONA CATÁSTROFES NATURAIS À RETRAÇÃO DO PIB

Países afetados por catástrofes naturais podem assistir a impactos significativos em suas taxas de crescimento e conviver com uma desaceleração que pode durar uma década,

dependendo da magnitude do evento. É o que demonstra o estudo do economista Eduardo Caballo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, intitulado “Desastres naturais catastróficos e crescimento econômico” (Catastrophic Natural Disasters and Economic Growth).

Os chamados efeitos indiretos dos desastres representam perdas da produção econômica. A queda de uma ponte, por exemplo, onera a movimentação de cargas. Países mais desenvolvidos sofrem mais perdas de ativos físicos, os emergentes são mais castigados por mortes.

Os desastres naturais de maior magnitude – da lista de 1% dos mais graves – têm efeito mensurável no crescimento econômico, provocando queda de 10% no PIB per capita. Sem o desastre, o resultado do PIB teria aumentado 18%, em média, ao fim de 10 anos. O terremoto da Nicarágua (1972) e o terremoto do Irã (1978) são os dois piores em desaceleração do PIB.

Diante da imprevisibilidade da ocorrência de terremotos, o melhor a fazer, diz o estudo, é gerenciar riscos para reduzir danos. O Chile, com histórico de terremotos, é citado entre os bons exemplos, pois adotou um código de construção severo e sistema de prestação de socorro descentralizado, reduzindo as perdas.

**QUER SABER
O QUE SUA
CLIENTE ESTÁ
PENSANDO?
TARDE DEMAIS.
ELA JÁ MUDOU
DE IDEIA.**

O ENGAJAMENTO É AGORA.

Compreender e agir com base nas necessidades do cliente em tempo real e na hora. Uma experiência consistente em vários canais e centrada no cliente – de ponta a ponta. Ajude em tempo real e simplifique com as soluções SAP Hybris.

sap.com/agora





MULHERES AO VOLANTE DEVEM ELEVAR VENDA DE SEGUROS... NA ÁRABIA

A alta de preços das ações do setor é o principal sinal de que as seguradoras estarão entre os setores mais beneficiados pela decisão da Arábia Saudita de acabar com a proibição de

condução de carros por mulheres. O decreto vai revolucionar o estilo de vida de milhões de famílias e poderá ampliar as sobras no orçamento daquelas que hoje contratam motoristas para transportar as mulheres.

Atualmente, cerca de 10 milhões de mulheres com mais de 20 anos, incluindo estrangeiras, vivem na Arábia Saudita e poderão assumir o volante, em tese. Em contrapartida, as vagas de cerca de 1,4 milhão de estrangeiros que trabalham como motoristas domésticos estarão ameaçadas. Esse grupo recebe, em média, US\$ 500 por mês, além de ter acomodação e comida. As vendas de seguros representam um passo para a diversificação da economia árabe, hoje muito dependente do petróleo. Mas movimento será gradual, até porque a proibição só deverá ser suspensa até junho próximo e, por causa das tradições conservadoras, será uma longa caminhada até que as mulheres se tornem figurinhas fáceis nas estradas. Ainda assim, as vendas ou aluguel de carros devem subir bastante nos próximos anos, impactando o seguro.

A proibição de dirigir limitava a ascensão profissional das mulheres, porque muitas não podiam contratar motoristas para levá-las ao trabalho. Apenas no segmento de varejo, havia recentemente cerca de 400 mil a 450 mil oportunidades de trabalho.



A informação é algo poderoso.

Em boas mãos, a informação nos ajuda a entender o passado, navegar no presente e prever o futuro.

Nós somos a TransUnion. E nós acreditamos no uso da informação para o bem.

Nossas soluções ajudam as empresas a tomar melhores decisões de crédito, risco, cobrança, marketing e prevenção a fraude.

Explore todo esse poder a favor do seu negócio com as informações e soluções TransUnion.

**ENTRE EM CONTATO E SAIBA
TUDO SOBRE NOSSAS SOLUÇÕES.**

11 3078-3637 ou 11 5575-1332

transunion.com.br



MERCADO GANHA PRIMEIRO MBA A DISTÂNCIA

O novo curso traz a qualidade do programa presencial, com carga equivalente, mas terá custo menor.

O Ensino a Distância – EAD já se mostrou uma eficiente forma de levar conhecimento a quem não tem tempo ou não pode se deslocar para fazer um curso presencial. Na Escola Nacional de Seguros a modalidade está na ordem do dia e vai ganhar ainda mais força com o lançamento do MBA Gestão de Seguros e Resseguro, o primeiro em formato EAD, lançado em setembro deste ano, na 8ª CONSEGURO, e em outubro no Congresso Brasileiros dos Corretores de Seguros. Com previsão de início das aulas em 2018, o curso é destinado a profissionais de diversas regiões brasileiras que atuam (ou desejam atuar) no mercado segurador.

Fruto de um trabalho intenso, que teve contribuições de quase toda a comunidade de seguros, o MBA a distância aponta para um trajeto sem volta, que incluirá a oferta de novos cursos nesse modelo ao longo dos próximos anos. “São dois aspectos: um é o mercadológico, que tem a ver com a nossa missão de levar conhecimento para todo o Brasil e países parceiros. Outro aspecto é o acadêmico, pois o EAD tem dinâmica própria e distinta do presencial. Esses grandes motivadores fizeram com que caminhássemos nessa direção”, explica o diretor geral da Escola, Renato Campos.



NOVA ERA

A demanda por treinamento de qualidade em diversas cidades e regiões do País serviu de com-



“Conseguimos produzir algo único, com o DNA da Escola e toda sua experiência de meio século, e mais acessível que um curso presencial. Os professores receberam treinamento para que pudessem ter o domínio do discurso do EAD.”

Renato Campos

bustível para o investimento feito pela Escola. “Organizar um MBA fora do eixo Rio-São Paulo não é algo simples, mas o mercado de seguros tem atuação em praças como Belém, Manaus,

Salvador, Fortaleza e Recife, por exemplo, que demandam este tipo de oferta. Dessa forma, o MBA a distância inaugura uma nova era na Escola”, observa.

Com carga horária equivalente à do curso presencial (480 horas/aula) e 26 disciplinas na grade, o MBA terá investimento de R\$ 15.260,00 (parceláveis em 24 meses), valor um terço mais barato que o do programa em sala de aula.

“Conseguimos produzir algo único com o DNA da Escola e toda sua experiência de meio século, e mais acessível que um curso presencial. Os professores receberam treinamento para que pudessem ter o domínio do discurso do EAD. Fomos nota máxima em todos os quesitos do Ministério da Educação – MEC, o que atesta nosso cuidado em desenhar um curso para atender ao mercado”, explica Renato Campos.

Ainda neste ano, a Escola irá lançar cursos de extensão a distância oriundos de disciplinas do MBA, entre eles, Matemática Financeira, Estatística Aplicada a Negócios, Gerência de Riscos, Jogos de Negócios em Seguros, Gestão de Operações de Seguros. O objetivo dos cursos, com carga horária média de 20 horas/aula e investimento em torno de R\$ 600, é suprir necessidades específicas e imediatas dos profissionais.

O passo seguinte será a criação de uma graduação em formato EAD, que está em processo de análise no MEC. “O MBA abre uma estrada imensa para ampliarmos os cursos a distância”, ressalta o diretor geral. ●



O DESAFIO DE COMPATIBILIZAR DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

A agenda de Educação em Seguros da CNseg visa à percepção de interdependência entre os protagonistas.

Em tempos em que as velozes e surpreendentes mudanças climáticas preocupam a todos, podemos tomar o conceito de amplitude térmica, aquele que afere a variação de temperatura no dia, para uma discussão relevante sobre o marco regulatório que trata dos direitos do consumidor e aquele que trata dos interesses difusos da coletividade, objetivo implícito ou transverso das políticas públicas, este último envolvendo agregados como Nação, Renda e Emprego, além da própria noção de Cidadania, a razão de ser dos mercados.

No caso das “relações de consumo”, nomenclatura em que atualmente se abriga o direito do consumidor tomado individualmente, há um razoável consenso de que os avanços estão sendo efetivos nas últimas duas ou três décadas. Dessa forma, ainda recorrendo ao conceito de amplitude térmica, o direito do consumidor poderia figurar na temperatura máxima do dia. Na matéria das políticas públicas, ainda que possa ser um exagero dizer que estamos na temperatura mínima do dia, é evidente que ainda nos situamos nas partes mais baixas da amplitude térmica.

Há consequências nesses ritmos diferentes para a construção de um ambiente de negócios mais equilibrado na prevenção de conflitos. O mais evidente é que os interesses individuais vêm se sobrepondo aos coletivos e sobrecarregam o Judiciário, convocado para dirimir as disputas. Não há qualquer demérito com o em-

poderamento do consumidor. Mas os desvios de rota nesse processo precisam ser assinalados, como os custos exponenciais ensejados por poucos e pagos por muitos, e a sua retroalimentação no processo de judicialização. Mas, tampouco, as imperfeições do mercado devem ser jogadas para debaixo do tapete.



CONTRIBUIÇÃO EFETIVA

A Educação em Seguros, programa institucional criado pela CNseg, é uma contribuição efetiva no sentido de prevenir e remediar conflitos. São 21 ações voltadas para ampliar a compreensão dos formadores de opinião e formuladores e tomadores de decisões de políticas públicas para as virtudes, dilemas e

As 21 ações de Educação em Seguros, programa institucional criado pela CNseg, é uma contribuição efetiva no sentido de prevenir e remediar conflitos

propostas estruturantes do mercado segurador, buscando-se avançar em novas normas e processos ao encontro da preservação do interesse maior da mutualidade.

Nesse ambiente de ampla divulgação de ações educativas, sabemos que interagem os agentes da sociedade como um todo, inclusive os poderes constituídos, público de grande importância, tendo em vista que são eles que comandam os espaços onde tramitam as propostas legislativas, as normas do executivo e as sentenças judiciais.

Nessa construção de novos laços de relações de consumo, desta vez ampliadas para abrigar os interesses da sociedade como um todo, há que considerar o orçamento das pessoas, mas, simultaneamente, a sustentabilidade do sistema; por mais direitos coletivos tanto quanto individuais. Não tanto as soluções de equilíbrio de curto prazo, mas soluções que deem conta de tempos prospectivos, como a longevidade, e a sustentabilidade em face do esgotamento de recursos escassos.

Enfim, temos uma agenda complexa sendo escrita pelo mercado neste caminho sem volta na percepção de interdependência entre os protagonistas do mercado segurador. Afinal, seguradoras, corretores e segurados, todos afetados por um turbilhão de inovações que invadiu vidas e o mundo dos negócios, sabem que não há mais espaços para soluções que contemplam apenas um dos lados.





O FUTURO DO PAÍS EM CONFERÊNCIA

Relevância do seguro nos rumos do Brasil marcou a oitava edição da CONSEGURO



A abertura da 8^a. Conferência Brasileira de Seguros – CONSEGURO já apontava o grande protagonista dos quatro dias de debates no maior acontecimento nacional do mercado de seguros: o futuro do Brasil. "Ouso afirmar que a nova fronteira civilizatória brasileira terá como paradigma uma maior inclusão social apoiada pelo seguro", declarou o presidente da CNseg, Marcio Coriolano, diante das 700 pessoas que lotaram o auditório do hotel Windsor Oceânico, na Barra da Tijuca. Organizado pela Confederação, o evento contou com 1.134 participantes e 24 patrocinadores. Foram 123 palestrantes em 34 painéis.

Coriolano ressaltou a dimensão da contribuição do setor para a retomada do crescimento. Citou a importância da proteção à vida e ao patrimônio, da desoneração dos cofres públicos e dos ativos financeiros de R\$ 1 trilhão, maior poupança institucional do País, para o financiamento da dívida pública. E cobrou políticas mais assertivas do Governo.

DESAFIOS E REGULAÇÃO

Não há país desenvolvido que não conte com a importância do seguro e sem a participação expressiva do setor na formação do PIB, reconheceu o Ministro das Cidades, Bruno Araújo. Segundo ele, foi preciso readequar os contratos das obras do Ministério, mas afirmou que considera promissor o seguro garantia. O Ministro anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar a contratação de seguros em todas as obras da pasta, incluindo o programa Minha Casa, Minha Vida, saneamento básico e contenção de encostas.

O Ministro da Saúde, Ricardo Barros, falou sobre os desafios que enfrenta à frente da pasta, como o de tentar resolver a contradição que há entre a universalidade e a integralidade dos serviços do segmento, em função da limitada capacidade de financiamento da sociedade brasileira. E acrescentou: "A atual regulação da saúde privada faz com que o usuário ande de Mercedes Benz ou a pé, sem alternativas. Isso está errado. O consumidor deve ter o direito de escolher", concluiu.

A necessidade de uma regulamentação mais adequada ao desempenho do mercado



"É preciso que o setor de seguros (...) seja melhor compreendido pela sociedade e mais apoiado pelo Governo por meio de políticas mais assertivas"

Marcio Coriolano



segurador no País foi tema da palestra do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia. Segundo ele, já existe um alinhamento muito expressivo entre as ações da pasta, do Governo e do setor de seguros e ressaltou que o Ministério incentiva o desenvolvimento de novos produtos de seguros.



▲ Da esquerda: Edson Franco (FenaPrevi), João Francisco (FenSeg), Leandro Fonseca (ANS), Bruno Araújo (Min. Cidades), Eduardo Guardia (Min. Fazenda), Francisco Dornelles (Gov. Rio de Janeiro), Marcio Coriolano (CNseg), Ricardo Barros (Min. Saúde), Joaquim Mendanha (Susep), Armando Vergílio (Fenacor), Solange Beatriz (FenaSaúde) e Marco Barros (FenaCap).



“Há alinhamento de interesses entre as ações do Ministério da Fazenda, Governo e o setor de seguros, que precisa de adequada regulamentação.”

Eduardo Guardia / Min. Fazenda



“Toda ação que financiar a saúde tira pressão do atendimento pelo SUS, o que proporcionará atendimento de mais qualidade à população que depende da saúde pública.”

Ricardo Barros / Min. Saúde



“O Ministério criou grupo de trabalho para analisar o seguro garantia em todas as obras de habitação, saneamento, contenção de encostas e outras.”

Bruno Araújo / Min. Cidades



REFORMA FUNDAMENTAL

Na opinião de Guardia, a reforma da Previdência é "absolutamente fundamental" para as contas públicas e com enormes possibilidades para o mercado segurador, que não para de crescer, mas

que está longe de atingir seu potencial. "Sem ele, a economia simplesmente pararia", simplificou o vice-governador do Rio, Francisco Dornelles.

Estiveram também na mesa de abertura os presidentes da FenaPrevi, Edson Franco, e da FenSeg, João Francisco; o diretor da ANS, Leandro Fonseca; o superintendente da Susep, Joaquim Mendanha; e os presidentes da

Fenacor, Armando Vergílio; da FenaSaúde, Solange Beatriz; e da FenaCap, Marco Barros.

A agenda do evento abrigou a 7ª Conferência de Proteção do Consumidor de Seguros; o 5º Encontro Nacional de Atuários; o 11º Seminário de Controles Internos & Compliance e o 2º Seminário de Riscos e Oportunidades Emergentes, além do Insurance Service Meeting.

DESAFIO DO PAÍS É ELEVAR O PATAMAR DA ÉTICA E A RENDA

Ministro do STF ressalta as conquistas da democracia e aponta as agendas futuras do País: reforma política, empreendedorismo e combate ao excesso de judicialização.

Análises realistas, mas afinadas com o potencial de um País continental em ritmo de retomada do crescimento, marcaram a 8ª CONSEGURO. A plenária principal foi aberta pela contundência do Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal – STF, em valorizar as três maiores conquistas dos 30 anos de democracia no Brasil e apontar o combate à corrupção como o próximo passo, na palestra "O momento institucional brasileiro e uma agenda para o futuro".

O recado foi de otimismo. Barroso lembrou que, há 40 anos, a angústia era a falta de instituições democráticas. Hoje o País debate como enfrentar um ciclo longo de corrupção, que vem de muitos anos, e o desafio é elevar o patamar da ética e a renda. "Foram 30 anos de democracia, com muitas crises e dois *impeachments*, mas sem um arranhão na Constituição", ressaltou. A segunda vitória foi domesticar a inflação, que ampliava a desigualdade; e a terceira, a inclusão social, com mais de 30 milhões fora da linha da pobreza absoluta.

O Ministro disse que o combate à corrupção é página que precisa ser virada, depois de escrita adequadamente, ressaltando que a desonestidade criou esquemas que envolvem agentes públicos e privados, empresas, partidos e congressistas. "Saquearam o Estado. É preciso reconhecer isso e pensar nas soluções para mudar. Todos olham com admiração o que estamos fazendo."



▲ Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal

"A corrupção se tornou um meio de vida para grupos, um modo de fazer negócios. Saquearam o Estado. É preciso reconhecer isso para buscar soluções."

Min. Luís Roberto Barroso

Para ele, a reforma política, o estímulo ao empreendedorismo e menos judicialização são agendas do futuro. "O País tem 100 milhões de ações judiciais. Significa que uma em cada duas pessoas se desentendeu, sem conciliação, e foi parar na Justiça, o que mostra uma grave crise e a necessidade de ampliar as formas de mediação", sugeriu.

2018: QUEM VAI LIDERAR AS REFORMAS?



▲ Da esquerda: Christopher Garman, Leila Sterenberger
e José Carlos Cardoso

“O fracasso de Donald Trump ajudou o Brasil”. A frase, ácida e otimista, saiu do diagnóstico de cenário feito por Christopher Garman, diretor-geral da Eurasia Group. Para ele, a aposta de que “capitais abundantes no mundo” iriam para o crescimento americano esbarrou em Trump, e hoje “o apetite pelo Brasil é muito grande”. Especialista em avaliar riscos políticos, ele diz que o crescimento mundial será em países como o Brasil, mas é importante promover as reformas, grandes e micros, para atrair capital. Ele elogiou a reforma trabalhista e a abertura do Pré-Sal, mas disse que o ponto-chave é 2018. “Quem vai encaminhar a agenda ambiciosa de reformas?”, questionou.

O executivo disse não ver um candidato competitivo pró-reformas, descolado da corrupção, diante de uma classe média raivosa. “Essa raiva elegeu Trump e a aprovação do Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia)”, afirmou, acrescentando que esse eleitor chegou a apreciar uma vida mais confortável, com planos de saúde, casa própria e car-

ro zero, mas boa parte da conquista foi perdida em função da má gestão pública, que pode complicar o Brasil e vários países latinos que terão eleições em 2018. A crise política, no entanto, não impede que as empresas sigam com seus propósitos.

José Carlos Cardoso, presidente do IRB Brasil RE, que o diga. “Fizemos um IPO de sucesso no fim de agosto, mesmo com a crise”, contou. Para sair do monopólio de quase 70 anos (até 2007) e se tornar o 9º maior ressegurador do mundo, o IRB passou por uma transformação com três pilares de gestão: pessoas, operacional e financeira.

Com US\$ 3,1 bilhões em setembro, passou a ter ações negociadas na B3 (antiga Bovespa) no mais elevado padrão de governança. O ressegurador no Brasil é favorável à desregulamentação, segundo Cardoso, e a reserva de mercado para agentes locais está em processo de redução gradual. “Estamos preparados para competir com quaisquer players”, afirmou.



“A aposta de que capitais abundantes no mundo iriam para o crescimento americano esbarrou em Donald Trump, e hoje o apetite pelo Brasil é muito grande.”

Christopher Garman



“A reserva de mercado para agentes locais está em processo de redução gradual. Estamos preparados para competir com quaisquer players.”

José Carlos Cardoso

8^a CONSEGURO | 19/09/17 – Palestra

Brasil: uma perspectiva global

Palestrantes: Christopher Garman

José Carlos Cardoso

Moderação: Leila Sterenberg

AJUSTES FINOS NA REGULAÇÃO E ATENÇÃO AO CONSUMIDOR



▲ Da esquerda: Paulo Santos, Priscila Grecov, Marcio Coriolano, Gustavo Binenbojm e Leandro Fonseca.

A necessidade de “ajuste fino” na regulamentação para reduzir custos, basear serviços, estimular o mercado e facilitar o acesso do brasileiro ao seguro em tempos de crise foi tema da planária que contou com a participação de representantes da ANS, Susep, CNseg e Ministério da Fazenda. Todos defenderam regras mais favoráveis ao mercado, mas sem negligenciar a proteção ao consumidor.

O mercado segurador é parceiro na promoção da estabilidade da renda de famílias vulneráveis, na recuperação de empresas e na oferta de *pricing* para infraestrutura ou logística, além de complementar a renda de aposentados, enumerou a secretária-adjunta de Políticas Microe-

nómicas do Ministério da Fazenda, Priscila Grecov. Para ela, é preciso rever excessos regulatórios, ainda que tenham cumprido objetivos prudenciais, e reduzir barreiras à participação externa para incorporar avanços tecnológicos e novos *players*.

Gustavo Binenbojm, professor da UFRJ, disse que a regulação ainda não alcançou seu “estado de arte”. Ele defendeu mandato fixo para os diretores da Susep, para evitar pressões políticas, e autonomia financeira dos órgãos de supervisão. “A regulação deve ser de Estado e não de governos. A Susep, a exemplo da CVM, deve criar mandatos para seus dirigentes.” Ele lembrou que a regulação instável eleva custos e não está em linha com práticas comuns nos Estados Unidos e na Europa, como a Análise de Impacto Regulatório – AIR, a análise prévia de custos e os benefícios sociais e econômicos de cada medida regulatória proposta.

Binenbojm pregou participação ativa de reguladores na defesa de normas de mercado para enriquecer o conhecimento do Judiciário e impedir mudança de regra a todo instante por decisões judi-



“Os reguladores devem ser protegidos de pressões políticas ou de grupos de interesse, porque a regulação deve ser de Estado e não de governos.”

Gustavo Binenbojm



“As barreiras à participação externa devem ser reduzidas gradualmente, como no caso do resseguro, com normas para acelerar a incorporação de avanços tecnológicos.”

Priscila Grecov

cias. Já as sanções administrativas deveriam ser usadas com mais parcimônia ou trocadas por ajustes de conduta.

Os representantes da Susep, Paulo dos Santos, e da ANS, Leandro Fonseca, destacaram iniciativas em curso para mudanças no marco regulatório, discutidas com o mercado.



“A agenda de reformas, que se torna mais urgente com a recessão, irá continuar e precisa ser um compromisso do atual e dos futuros governos.”

João Manuel Pinho de Mello



“As políticas setoriais dos últimos anos têm tido impacto muito reduzido. Algumas coisas que estamos fazendo não estão dando certo. Precisamos fazer algo diferente.”

Armando Castelar

Ao fim, Marcio Coriolano, moderador do painel, destacou que a flexibilização regulatória é bem-vinda e precisa ser feita com responsabilidade para ampliar o acesso ao consumidor, hoje mais consciente de seus direitos, mas também descrente e machucado pela crise e o desemprego.

REFORMAS MICROECONÔMICAS PARA FOMENTAR INVESTIMENTOS



▲ Da esquerda: Armando Castelar,
▲ Luiz Roberto Cunha e João Manoel

Como quase tudo na vida, a recessão pode ser vista como copo meio vazio ou meio cheio - de oportunidades. “A pedagogia da recessão é muito produtiva, torna a demanda por reformas mais urgente”, resumiu o chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, João Manoel Pinho de Mello.

Ele ressaltou o compromisso do Ministério com as mudanças e disse que o obstáculo à produtividade no Brasil não é localizado, mas transversal, com empresas ineficientes em todos os mercados: “É preciso melhorar o ambiente, dar estabilidade regulatória e desburocratizar.” Citou esforços para reduzir o spread bancário e criar novas fontes de financiamento, já que há muitos limites nas atuais, como o FGTS. “Há oferta de capital de longo prazo para infraestrutura”, afirmou.

O economista Armando Castelar, do Ibre/FGV, destacou o impacto reduzido

das políticas setoriais nos últimos anos. “Algumas coisas que estamos fazendo não estão dando certo. Precisamos fazer algo diferente. O acesso ao capital para investimentos é mais relevante para a produtividade do que políticas setoriais.”

As políticas recentes de incentivos também foram criticadas pelo economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, mediador da mesa. “A bolsa empresário tira recursos da Saúde, da Educação e da Previdência e não resolve o problema. Não tem ‘bala de prata’ para o problema do ambiente de negócios e para que empresas invistam e contratem mais”, declarou.

8^a CONSEGURO | 20/09/17 – Palestras

Reformas Microeconômicas – Fomentando Novos Investimentos

Palestrantes: João Manuel Pinho de Mello

Armando Castelar

Moderador: Luiz Roberto Cunha

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: LIÇÕES DA TRAGÉDIA GREGA



▲ Da esquerda: Paulo Tafner, Platon Tinios e Edson Franco

Se há uma questão crucial para o futuro do Brasil, muito acima de qualquer carência regulatória setorial, são os desafios da Reforma da Previdência. Para o economista grego Platon Tinios, a tragédia ocorrida em seu país, que abalou a economia global em 2009, é exemplo para o Brasil. Na raiz do problema fiscal, a incapacidade de lidar com a questão previdenciária.

Tinios destacou a ineficiência das mudanças feitas até agora no Brasil e na Grécia. As pessoas recebem menos do que antes, mas o problema persiste porque o Brasil – e todos os países da Europa – precisa de um modelo com mais Previdência Privada. “É tudo fornecido pelo Estado, com pouco papel para os fundos privados. Há uma promessa de reposição de 80% (do salário da ativa), e as pessoas não precisam procurar alternativas de Previdência Complementar”, resumiu.

Tinios recordou que o PIB grego caiu 30% com a crise e que os três socorros internacionais foram um paliativo, sem solução para o déficit estrutural. A reforma acabou sendo feita no meio da crise, com o país pressionado por credores. “Antes, a Grécia tinha discussões sem mudança, e depois passou a ter mudanças sem discussões”, afirmou. “É preciso restabelecer

o elo entre poupança das famílias, previdência e crescimento e mostrar que o sistema ainda trabalha no sentido contrário: drena poupança e gera problemas fiscais.”

Paulo Tafner acrescentou que a alteração da idade mínima ataca parte do problema, mas é necessário incentivar outros tipos de poupança. De volta à ideia do copo meio cheio ou meio vazio, Tafner teme que a recuperação da economia, uma ótima notícia, diminua o sentido de urgência da reforma: “O risco é que os congressistas, vendo a economia crescer, não votem a reforma.” Ele considera uma escolha equivocada da sociedade brasileira gastar mais com previdência do que em outras áreas.

A aposentadoria por tempo de contribuição, por exemplo, equivale a 13% dos gastos com transporte e a sete vezes o programa Minha Casa Minha Vida. “O Brasil tem população jovem e gasta como países com estrutura demográfica velha. Setenta por cento das aposentadorias femininas acontecem com menos de 55 anos”, frisou Tafner. A agenda política, segundo ele, se sobrepõe à da economia. A Previdência não quebra, mas o País quebra. “A população não entende o sistema previdenciário, e os políticos também não. Há um analfabetismo dos números”, completou Tinios.

Opresidente da FenaPreví, Edson Franco,



“Antes, a Grécia tinha discussões sem mudanças. Depois, passou a ter mudanças sem passar por discussões.”

Platon Tinios



“O risco agora é que os congressistas, vendo a economia crescer, não votem mais a reforma da Previdência.”

Paulo Tafner

citou números sobre idade de aposentadoria, média de benefícios e estrutura da previdência que pareciam ser do Brasil, mas eram da Grécia pré-colapso. Ele perguntou a Tinios se é melhor reformar a Previdência aos poucos ou de uma vez. “Reforminhas aos poucos é pior”, respondeu o grego, com conhecimento de causa.

8ª CONSEGURO | 21/09/17 – Palestras

Novos desafios da Previdência

Palestrantes: Platon Tinios

Paulo Tafner

Moderador: Edson Franco

OUSADIA E RECUO DO CONSUMISMO DESAFIAM O MERCADO



▲ Da esquerda: Walter Longo, Sérgio Besserman
▲ e Sérgio Abranches

A crônica de futuro escrita pelo economista Sérgio Besserman, o sociólogo Sérgio Abranches e o publicitário Walter Longo no painel “A sociedade do século XXI” deixa um desafio: o mercado segurador terá de se reinventar. A “era da incerteza”, como definiu Abranches, terá “transformações nas próximas duas ou três décadas que superarão, em ritmo e impactos, todas as do último século”, acrescentou Besserman. É hora de virar de cabeça para baixo modelos de negócios e fazer ajustes para sobreviver em uma sociedade de risco, formada por tribos e sob impacto das mudanças climáticas.

Metas e métricas empresariais ambiciosas estão ameaçadas pela “geração millenium” e seu mantra em prol da austeridade no consumo. Cresce velocemente a turma disposta a compartilhar carros, casa e escritórios ou alugar roupas e cães. O consumidor não consumista afetará meios de produção com ações disruptivas na indústria automobilística e do turismo, entre outras. “É preciso deixar de ser vítima do curto prazo, tirar o foco da crise do dia a dia e alongar o olhar, ter ousadia na travessia para garantir a preservação”, lembrou o cientista social Sérgio Abranches.

Walter Longo citou o “trilema digi-

tal”: exteligência, tribalismo e compartilhamento. A primeira tendência é de o conhecimento sair do cérebro para o smartphone. “Se eu guardar tudo em outro lugar que não o cérebro, os neurônios não se conectam e não fazem sinapses. Não há geração de *insights*”, alerta Longo.

O segundo tema preocupante é o tribalismo. Antes, a televisão era dividida entre os membros da família. “Eu estava sempre frente a frente com escolhas que não eram minhas. Assistia a jogos de futebol de times que eu não conhecia e descobri o prazer do espetáculo esportivo”, lembra. Alguém de esquerda, conta Walter, se deparava com opiniões de direita no jornal e podia revisar convicções.

“O contraditório nos obrigava a revisitar teses para confirmar ou alterar crenças, hábitos e preferências”, diz. Agora a pessoa só lê o que quer, ouve o que gosta. “A polarização política tem seu palco nas redes sociais, que reforçam a tendência maniqueísta”, disse Longo, e o fim do contraditório “traz como consequência pessoas cada vez mais sectárias”. Violência e indiferença são os riscos.

A terceira característica do “trilema digital” seria o compartilhamento, com redução do consumo. Menos carros particulares e mais divididos, menos hotéis



“A ‘era da incerteza’ terá transformações nas próximas décadas que superarão os impactos de todas do último século.”

Sérgio Abranches



“O contraditório nos obrigava a revisitar teses para confirmar ou alterar crenças e hábitos. Hoje isso está acabando.”

Walter Longo

e mais quartos alugados, menos escritórios e mais coworking. “É uma tendência sem volta, com o risco de desacelerar a espiral econômica”, diz Longo. “Novas gerações parecem querer consumir nada, mas aproveitar tudo.” É um problema e tanto a caminho, mas os *players* vão descobrir boas respostas.

8^a CONSEGURO | 21/09/17 – Palestras

A sociedade do século XXI

Palestrantes: Sérgio Abranches

Walter Longo

Moderador: Sergio Besserman Vianna

COMPLIANCE AVANÇA NO PAÍS QUE LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO



▲ Na palestra **Compliance e sua função de guardião da ética, da conduta e na observância de regras**, da esquerda: Simone Negrão, Shin Jae Kim (palestrantes), Osvaldo do Nascimento (moderador) e Isabel Franco (palestrante)

Nunca o debate sobre os males da corrupção foi tão crucial. A décima primeira edição do Seminário Controles Internos & Compliance cumpriu seu papel nesse sentido, atraindo estudiosos para discussões embaladas pela experiência inédita do País, com a Operação Lava Jato, e do mercado de seguros, com os mecanismos contra práticas desonestas.

A estimativa é de desvio de US\$ 1,5 trilhão por ano no mundo. No Brasil é algo em torno de 2% do PIB", afirmou Isabel Franco, líder da equipe de Anticorrupção, Compliance e Investigação do Koury Lopes Advogados. A estimativa é de que o investimento em desenvolvimento humano é 15 vezes menor do que o volume de dinheiro sujo.

Os Estados Unidos seguem na vanguarda, punindo até fora de seu território, como nos casos da Odebrecht e da Embraer. No Brasil, a Lei Anticorrupção (2013) trouxe avanços, como a possibilidade de a denúncia ser feita por qualquer pessoa. "Hoje temos mais fiscais", apontou Shin Jae Kim, sócia da TozziniFreire Advogados.

Estimativas apontam que investimento em desenvolvimento humano é 15 vezes menor do que o volume de dinheiro sujo que circula em todos os países do mundo.

As empresas passaram a responder por atos ilícitos dos funcionários, daí a importância dos sistemas de compliance. "Quem acha que compliance é caro, deve pensar no custo do não compliance, que é muito maior", diz Isabel. "O seguro tem grande motivação para implementar o compliance,

pois incentiva práticas corretas do segurado para não perder a cobertura da apólice."

Na opinião do vice-presidente da CNseg Osvaldo do Nascimento, o mercado está fazendo a sua parte. Há dois anos, a CNseg criou um Comitê de Conduta para estimular o setor a seguir princípios e reduzir riscos à imagem.

Para Shin Jae Kim, o desafio é a questão cultural. "É importante ter códigos de conduta compreensíveis para os funcionários, com linguagem clara, pois um cafezinho, dependendo do contexto, pode configurar ato ilícito", exemplificou.



AUDITORIA & CONTROLE

A evolução do compliance conferiu importância ao auditor. Para Eugênio Duque Estrada, gerente de Auditoria Interna da Mongerl Aegon, o profissional deve ter visão generalista para agregar valor à empresa. "Sua atuação deve deixar de ser corretiva para sugerir ações de gestão. O auditor deve conhecer um pouco da área comercial, de marketing e de atuária".

Sócio da LR Consultoria e presidente da Comissão de Controles Internos da CNseg, Assízio Oliveira destacou: "A ação do auditor no planejamento estratégico deve ajudar a empresa a atingir metas, contribuindo até para a comunicação", sugeriu. O moderador Washington Luís da Silva, diretor Jurídico e de Compliance da Zurich Seguros, comentou que as melhores empresas têm controles internos adequados. "Há corporações que eram muito fortes, mas não resistiram à falta ou ao excesso de controle e hoje não valem nada", sintetizou.



INTEGRIDADE E GOVERNANÇA

O ambiente de corrupção é alarmante no Brasil: 14% dos sinistros são resultados de fraudes, e só há recuperação de 2% dos valores fraudados, segundo Luciano Calabró Calheiros, CEO da Swiss-Re. "Quem paga é o bom cliente. O País tem perdas de R\$ 216 bilhões com a corrupção." Segundo ele, investir em integridade e governança pode tornar a operação mais lenta, mas compensa a médio prazo.

Superintendente de Riscos da SulAmérica, Marcos Spiguel apresentou o modelo de Governança Risco e Compliance – GRC, que au-



▲ No painel **Auditória Interna e sua Importância na Avaliação do Sistema de Controles Internos**, da esquerda: Assizio Oliveira (debatedor), Washington Luís da Silva (moderador) e Eugênio Duque Estrada (palestrante)



▲ No painel, **Fortalecimento e Integração das Estruturas de Governança, Risco e Compliance nas Organizações**, da esquerda: Wilson Matar e Marcos Spiguel (debatedores), Karini Madeira (moderadora) e Luciano Calabró Calheiros (palestrante)



▲ No painel **Prevenção à corrupção: sem atitude não há lei, norma ou técnica que funcione**, da esquerda: Eduardo Rosa Pedreira (debatedor), Antonio Carlos Ferreira de Sousa e Renata Gil (palestrantes) e Fabiane Reschke (moderadora)

O ambiente de corrupção é alarmante no Brasil. Nos seguros, 14% dos sinistros apurados são resultados de fraudes, e só há recuperação de 2% dos valores fraudados.

mentou a eficiência de partes da companhia que atuavam de forma isolada.

Há três anos no setor de seguros, o diretor Técnico de Riscos da Brasilprev, Wilson Luiz Matar, que fez carreira no setor bancário, destacou o papel da Susep como um incentivador de melhores práticas entre as seguradoras, e elogiou as práticas de prevenção de risco e compliance do mercado. “Os bancos aprenderam na dor, após a ocorrência dos problemas”, comparou.



MUDANÇA DE ATITUDE

Especialistas concordam que o brasileiro precisa enterrar a “Lei de Gerson” e compreender o poder corrosivo de comprar DVD pirata, estacionar em vaga preferencial, abater recibo falso de médicos no IR ou dirigir no acostamento. “As pequenas violações são notadas pelos filhos. A pessoa precisa mudar de atitude, se quiser travar a corrupção, um mal endêmico desde a colonização”, afirmou a juíza Renata Gil, presidente da Amaerj.

Antonio Carlos Pereira de Souza, diretor da Inteligência Financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, afirmou que ainda é preciso aprimorar legislação, códigos e normas, mas o elemento fundamental é a cooperação e o engajamento das pessoas.

O professor Eduardo Rosa Pedreira, da FGV, entende que qualquer tipo de corrupção deve ser combatido e punido. “Não posso furar a fila, que é baseada em um sistema de mérito, se não fizer jus, porque alguém acordou mais cedo para ocupar aquele lugar.”

CONSUMIDOR DO FUTURO EXIGIRÁ INFORMAÇÃO PRECISA



▲ Na palestra **Transparência e confiança, pilares para o desenvolvimento**, da esquerda: Rosana Techima Salsano (debatedora), Arthur Rollo (palestrante), Marcio Coriolano (moderador) e Werson Régo (debatedor)

O investimento em comunicação e transparência tem retorno garantido na confiança do consumidor.

Na 7ª Conferência de Proteção do Consumidor de Seguros, o representante da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, Arthur Rollo, afirmou que quando o segurado recebe informações pela metade, na hora do sinal, ficará insatisfeito.

“O valor do diálogo e de explicações claras sobre regras, excepcionalidades, restrições e obrigações deve ser levado em conta pelas empresas do mercado”, ressaltou, citando “desvios”, como demora no pagamento de indenizações, não indenização de motorista com CNH vencida e falta de clareza sobre a diferença entre roubo e furto.

O desembargador Werson Régo, do Rio de Janeiro, reforçou: “A transparência não é mais opcional, é necessária.” Na mesma direção foi Rosana Techima Salsano, da Caixa Seguradora, ao abordar o empoderamento do cliente: “Ele não aceita explicação maldada. Entra na rede social e denuncia”, lembrou, sugerindo esforços

para aproximar a linguagem hermética à do cidadão comum, como a substituição de termos técnicos nos contratos para ampliar a comunicação.



BUSCA POR ESTILO

Se o cliente ficou mais poderoso e exigente, erra quem pensa que a evolução parou. O filósofo Luiz Felipe Pondé, que atua no mercado publicitário, fez um esforço para antecipar o que vem por aí. “Ele será inseguro, ansioso e imaturo, porém, com forte conotação narcísica, até paranoico”, previu. Mais do que um produto, a pessoa comprará estilo. “O consumidor do futuro será sem vergonha, buscará o que deseja amarrado à ilusão do marketing, a grande ciência social do futuro”.

Ao falar sobre empoderamento do cliente, a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil, Claudia Forte, recorreu a

As empresas devem se esforçar para substituir a linguagem técnica dos contratos por uma mais simples e mais próxima da compreensão do cidadão comum.

Montesquieu: “Dê poder a um homem e verás quem ele é.” E defendeu a educação financeira como aliada do seguro.

Maria Stella Gregori, especialista em Defesa do Consumidor, e Silas Rivelle, ouvidor da Unimed e presidente da Comissão de Ouvidorias da CNseg, destacaram que o seguro tem papel preponderante na educação do consumidor do futuro.



DESPERDÍCIO É VILÃO

Simplificação de contratos, linguagem clara e diálogo foram caminhos apontados por Angélica Carlini, especialista em Saúde Suplementar, que enalteceu o Código de Defesa do Consumidor e defendeu mais diálogo com o cliente para reduzir a judicialização. “Os contratos devem ser mais objetivos. Por mais que a integralidade e a universalidade sejam buscadas, em saúde não se pode fornecer todos os procedimentos e remédios de alto custo. É preciso ficar bem claro.”

O desperdício é o vilão do desequilíbrio na Saúde Suplementar, lembrou o presidente da Evidências Consultoria, Otávio Clark, oncologista por formação. Muitas situações clínicas dispensam médico ou tratamentos, como eletrocardiograma para quem pretende se exercitar. “Evidências científicas fazem, inclusive, recomendação contrária a esses procedimentos. É um dos motivos do desequilíbrio nas contas do segmento de Saúde Suplementar”, atestou. O desperdício é estimado em 30%, o que eleva preços dos planos.

Para Flávio Bitter, da Bradesco Saúde, o segmento não vai aguentar a demanda se os desequilíbrios não forem revistos: “É o dever de casa do mercado.” Paulo Jorge Rascão Cardoso, dire-

tor técnico da Amil, lembrou que, depois de liderar o índice de reclamações na ANS, há quatro anos, a operadora investiu na comunicação com os clientes e reduziu as queixas de seis para três a cada 10 mil beneficiários. “Colocamos o cliente no centro”, destacou.

Os canais digitais dão agilidade às Ouvidorias, mas não substituem o atendimento humano. A aposta deve ser no sistema híbrido e atender às expectativas do consumidor.



OUVIDORIA DIGITAL

Os canais digitais dão agilidade às Ouvidorias, mas não substituem o atendimento humano. A aposta deve ser no sistema híbrido. Para Fábio Magalhães, ouvidor do Banco Votorantim, “a expansão dos meios digitais deve ser guiada pela aceitação dos clientes, não por tendência de mercado. É preciso considerar as duas expectativas do consumidor: resolução do problema e tempo de resposta.

O diretor do Procon de SP, Adriano Rosetti, ressaltou: “Não basta ter Ouvidoria de última geração, se não houver práticas no âmbito da empresa de maneira geral. Canais digitais não funcionam por conta própria diante do cliente insatisfeito.”

A desigualdade no acesso à tecnologia desacelera a digitalização das ouvidorias, lembrou a ouvidora da Bradesco Seguros, Gisele Garuzzi. Ela chamou a atenção para as diferenças culturais, sociais e etárias. “O digital não atende todos os clientes”, destacou, o que torna o telefone fundamental. “Vamos olhar para o consumidor. Ele quer algo real, verdadeiro”, frisou o moderador do painel e presidente do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP Pesquisas), Ricardo Morishita. “A humanização não pode ser deixada de lado.”



▲ Na palestra **Como educar o consumidor para o futuro**, da esquerda:
▲ Claudia Forte (debatedora), Luiz Felipe Pondé (palestrante), Renato Campos (moderador), Maria Stella Gregori e Silas Rivelle (debatedores)



▲ No painel **Proteção do consumidor nas relações de saúde**, da esquerda:
▲ Paulo Jorge Rascão Cardoso e Flávio Bitter (debatedores), Luciana Casemiro (moderadora), Angelica Carlini e Otávio Clark (palestrantes)



▲ No painel **Enfoque digital na ouvidoria**, da esquerda: Gisele Garuzzi (debatedora), Fábio Magalhães (palestrante), Ricardo Morishita (moderador) e Adriano Nonato Rosetti (debatedor)

DIVERSIDADE COMO ARMA DE COMBATE À DESIGUALDADE



Na palestra, **Diversidade como diferencial estratégico**, da esquerda: Solange Beatriz Palheiro Mendes, Ana Paula de Almeida Santos, Luís Gutiérrez, Luís Ricardo de Almeida (debatedores), Djamila Ribeiro (palestrante), Edson Franco (debatedor) e Flávia Oliveira (moderadora)

Altuar em um mercado tão dinâmico e capilar como o de seguros exige adequação permanente às mudanças de paradigmas, que não param de transformar a sociedade e desafiar os *players*. Não foi diferente no 2º Seminário de Riscos e Oportunidades Emergentes, que ocorreu paralelamente à 8^a CONSEGURO.

No painel que abriu o evento, a ativista social Djamila Ribeiro falou sobre o papel das políticas de estímulo à diversidade no combate à desigualdade do mercado de trabalho. “Políticas afirmativas já impactam resultados financeiros das empresas. A promoção da diversidade deve fazer parte da ética e da responsabilidade das empresas.”

A presidente da FenaSaúde, Solange Beatriz Palheiros Mendes, sintetizou: “Nós trabalhamos com

proteção. Nossa ferramenta é a solidariedade”. Para exemplificar o engajamento da CNseg no tema, ela contou que a Confederação contratou uma empresa de RH para recrutar pessoas com necessidades especiais, algumas delas presentes no evento.

“Nossas equipes precisam ter diversidade de raça, gênero e pensamento”, declarou o CEO da Zurich Seguros, Edson Franco, defendendo mais contratações de idosos. Dos trabalhadores mais velhos, 85% estão na informalidade, mais que o dobro da média (40%).

O Grupo Banco do Brasil e Mapfre criou um Conselho de Diversidade, contou o presidente das áreas de Auto, Seguros Gerais e Affinities, Luiz Gutiérrez. O slogan é ‘diversos somos únicos’. “O objetivo é uma sociedade mais justa, livre e feliz. Decisões como essa devem partir do topo das empresas.”

Consenso entre os debatedores, o setor de seguros está no caminho certo ao estimular a diversidade como forma de promover a igualdade no mercado de trabalho.

Visão semelhante tem o COO da AIG Seguros, Luis Ricardo de Almeida, embora veja com reservas a reprodução de programas de diversidade estrangeiros porque “nem sempre se aplicam à realidade local”. A cartilha “Boas práticas para diversidade no mercado segurador” foi apresentada pela líder do Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão da CNseg, Ana Paula de Almeida Santos.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Cada vez mais os chamados “influenciadores digitais” ganham espaço na produção de conteúdo e informação voltados em especial aos jovens, como é o caso da especialista em Psicologia Econômica, Nathalia Arcuri, criadora do blog “Me Poupe!”. A plataforma estimula o hábito de poupar ou investir e dissemina a importância da educação financeira entre esse público.

A blogueira explicou que a iniciativa surgiu a partir da carência de conteúdos informativos sobre finanças na mídia nacional. Culturalmente, a sociedade brasileira não tem o hábito de poupar ou investir, algo que se estende aos chamados millennials (jovens nascidos a partir de 1995).

Pesquisa recente do Serasa aponta que 15,7% da população inadimplente têm entre 18 e 25 anos – e sete em cada dez jovens desta faixa etária estão com as contas atrasadas. Ou seja, é um público que consome bastante e não foi educado financeiramente. Para o mercado segurador, é um desafio atrair e conquistar esse grupo de consumidores.

Os jovens formam um público que consome, mas não foi educado financeiramente. Para o mercado segurador, é um desafio conquistar esse grupo de consumidores.

“Apesar de se consumir muito, os jovens não foram educados financeiramente e esperam ser conquistados. Eles querem que a gente fale a linguagem deles, divertida, horizontal e presente nas redes sociais”, ensinou Nathalia.

Esse novo consumidor trouxe também profundas transformações aos negócios tradicionais. Estudos já comprovaram que empresas como Netflix, Uber, Amazon e Airbnb tiraram fatias succulentas da economia tradicional, lembrou o vice-presidente executivo da Unidade de Financiamentos e de Novos Negócios da B3, Roberto Dagnoni.

Segundo ele, as seguradoras ainda não são ameaçadas por *startups*, mas precisam inovar para não perder espaço. José Eduardo Fiates, superintendente-geral da Fundação CERTI e conselheiro do Darwin Starter SA, apontou constante ameaça ao setor de seguros, mas “onde há ameaça, há oportunidade de inovar”, pontuou.

Após três anos de queda, as montadoras registram aumento recorde nas exportações. A reação impacta o seguro, que tem nessa indústria metade do faturamento.



▲ Na palestra **O consumidor do presente: painel de jovens influenciadores digitais**, da esquerda: José Eduardo Fiates (debatedor), Antonio Penteado Mendonça (moderador), Roberto Dagnoni (debatedor) e Nathalia Arcuri (palestrante)



▲ Na palestra **Futuro da indústria automobilística no Brasil**, da esquerda: Eduardo Dal Ri, Marco Antonio Gonçalves (debatedores), João Francisco Borges da Costa (moderador), Roberto Santos (debatedor) e Fred Carvalho (palestrante)



FUTURO DO AUTOMÓVEL

De olho nas inovações, o painel que discutiu o futuro do automóvel abordou expectativas, muitas exageradas, em relação aos carros elétricos ou autônomos, entre outras tendências, pelas quais o consumidor terá que esperar mais do que sugerem os filmes de ficção.

Para o diretor de Assuntos Institucionais da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea, Fred Carvalho, há uma série de verdades e inverdades nas informações sobre o futuro do automóvel. Ele citou obstáculos como a incapacidade de produzir e descartar baterias de lítio em larga escala. “O carro tradicional, com motor movido por combustível a explosão, ainda vai durar por muito tempo, apesar dos avanços das pesquisas para veículos alternativos”, previu.

Os combustíveis fósseis têm vida longa. Após três anos de queda abrupta, as montadoras começam a reagir, aumentando a produção em 25,5% de janeiro a agosto deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Essa reação impacta os seguros, que têm no segmento auto um de seus principais produtos, respondendo por cerca de 50% do faturamento no âmbito da Federação Nacional de Seguros Gerais – FenSeg.

Para o presidente da Federação, João Francisco Borges da Costa, muitas invenções surgiram ameaçando produtos e sistemas, como os veículos de Comunicação, que resistiram e renovaram-se. “Não é verdade que o carro elétrico se tornará um padrão de mercado de uma hora para outra”, afirmou ele, ressaltando as dificuldades que esses veículos ainda enfrentam para ter uma produção em série.



▲ Na palestra **Desafios da Saúde Suplementar**, da esquerda: Irlau Machado e Helton Freitas (debatedores), Manoel Peres (palestrante) e Flávia Oliveira (moderadora)

O vice-presidente executivo da Porto Seguro, Roberto Santos, e o diretor geral da Bradesco Seguros, Marco Antonio Gonçalves, concordaram que o setor acompanhará as tendências da indústria automobilística mundial e que a produção no Brasil terá recuperação rápida, pela demanda reprimida, com impacto positivo nos seguros.



SAÚDE & SEDENTARISMO

Após perder quase 3 milhões de segurados em dois anos (5% do total de beneficiários), a Saúde Suplementar enfrenta, entre seus desafios, o desencontro entre os altos custos dos procedimentos e a queda na renda do brasileiro.

“Não há atividade que não tenha sido afetada por este contexto pelo que passa a saúde privada. Não estamos em uma crise, mas em profunda recessão”, frisou o diretor-geral da

Das 2,7 milhões de pessoas que deixaram de pagar planos entre março 2015 e julho/2017, mais de 2 milhões tomaram a decisão ao ficar desempregadas.

Bradesco Seguros, Manoel Peres. No ano passado, segundo ele, o gasto per capita das empresas de saúde subiu 19,7%, mas a demanda é grande. Ter um plano de saúde é o terceiro desejo dos brasileiros, após o da casa própria e educação. “Para reduzir os gastos, é preciso



▲ Na palestra **Retrato do mercado de seguros de pessoas no Brasil e no mundo (como esse mercado evoluiu tanto em outros países e por que?). O que precisamos fazer para que este mercado evolua no Brasil?**, da esquerda: Rosana Techima Salsano (debatedora), Jorge Nasser (moderador), Thaddeus Burr (palestrante) e Luciano Snel (debatedor)

investir em prevenção, bons hábitos e alimentação. O sedentarismo virou questão de saúde e impacta o segmento”, apontou.

O presidente da Seguros Unimed, Helton Freitas, acrescentou que os custos crescentes tornam os planos de difícil acesso. “O setor de saúde, público ou particular, é muito mal avaliado. Há uma lacuna, e isso envolve ajustes na regulação.” Apesar da crise, houve um aumento no ingresso de idosos nos planos privados, neste ano. “O custo do plano para uma pessoa de 80 anos é 13 vezes mais alto do que para uma de 30 anos”

Para Irlau Machado, presidente da Ntredame Intermédica Saúde SA, o desafio remete a uma palavra: equilíbrio. “O consumidor não tem ideia de quanto está gastando em um exame ou procedimento”, afirmou. Procedimentos desnecessários ou fraudulentos consomem R\$ 20 bilhões anuais das operadoras, estima o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Os participantes

também bateram na tecla da judicialização no segmento de saúde privada.



SEGURO DE PESSOAS

Se não temos cultura de longo prazo nos seguros de Pessoas, o que pode ser feito para que este mercado evolua aqui como lá fora? O último painel do Seminário de Riscos e Oportunidades detectou, entre outros fatores, a presença forte do corretor nessa expansão. O Brasil tem grande potencial de crescimento nos seguros de Pessoas, uma vez que apenas 17% dos consumidores do mercado têm seguros de vida, ressaltou o mediador Jorge Nasser, diretor geral da Bradesco Vida e Previdência.

Thaddeus Burr, responsável pelo desenvolvimento de negócios da LLGlobal LIMRA LOMA, indicou fatores macroeconômicos nos países desenvolvidos, como a estabilida-

Estudos feitos ao redor do mundo indicam que a expansão do seguro de vida nos países desenvolvidos se deu pela forte presença do corretor.

de favorecendo a cultura do longo prazo, e aspectos microeconômicos, como a proibição de pagamento de comissões pelas seguradoras. “Lá (nos países desenvolvidos), o corretor de seguros é pago pelo consumidor. Por mais que as pessoas busquem informações nos canais digitais, preferem negociar com o agente”, confirmou Burr, citando uma realidade nas dez maiores seguradoras do mundo.

“Falta cultura de planejamento no Brasil. Ter previdência e não ter seguro de vida é um planejamento pela metade”, observou Luciano Snel, presidente da Icatu Seguros. Rosana Techima Salsano, diretora de Previdência da Caixa Seguradora, atribuiu parte do *gap* ao próprio mercado, muito hermético. “Precisamos traduzir nossos produtos e as possibilidades existentes para os brasileiros”, sublinhou. “Deveria haver mais eventos como esse, com participação de corretores e consumidores”, sugeriu.

DISRUPTURAS AGITAM E ASSUSTAM O MERCADO DE SEGUROS



▲ Na palestra **Transformando a informação em valor**, da esquerda: Eduardo Dal Ri (moderador), Eduardo Brunetti e Eduardo Lapa (palestrantes)

Mergulhar no mundo da inteligência artificial para imaginar o futuro chega a dar medo – ou euforia, diante das possibilidades ilimitadas. Tem gente que sente os dois ao mesmo tempo: preocupação e curiosidade. É o certo. O que vem por aí pode destruir e agigantar empresas, dependendo da capacidade de inovar e prestar atenção para não ser pego de surpresa. Que o diga o público atento às discussões do evento.

Não se mover é o maior erro possível. Foi o recado do CEO da Intelligence Hub, Eduardo Lapa, que citou negócios destruídos, inovações e deu as seguintes dicas: é preciso entender o cliente, analisar portfólio e concorrência e cruzar dados com as mídias sociais para construir relações, perfis de risco individualizados, serviços de emergência automatizados. “A questão não é o volume de informações, mas como transformá-las em valor”, concluiu.

Eduardo Brunetti, da SAP Brasil, reforçou: “As seguradoras precisam aproveitar melhor o que têm dentro de casa e redefinir o negócio. Um cientista de dados, atuando junto ao atuário, pode ajudar na tomada de decisões.” O moderador Eduardo Dal Ri, da SulAmérica, lembrou que as seguradoras terão de aprender quais são os dados valiosos que dispõem para seguir em busca de clientes.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Como o setor de seguros vive as tecnologias disruptivas? Até 2020, o mundo investirá US\$ 37 bilhões (cerca de R\$ 118 bilhões) em pesquisas de inteligência artificial. Entre os *players* mais ousados, o jornalista João Mostacada, da Globonews, moderador dos debates, citou a Lemonade, seguradora digital lançada há um ano baseada em

As novidades do mundo da tecnologia que vêm por aí podem destruir e agigantar empresas, dependendo da capacidade de inovar e ser atento para não haver surpresas.

aplicativos para fechar seguros residenciais de US\$ 5 a US\$ 35 por mês.

Corretores de seguros e burocracia deram lugar a *chatbots* e *machines learnig*, tudo instantâneo e sem documentação. Parece muita mudança. E é. “O modelo de negócio proposto pela Lemonade é uma ameaça à estrutura convencional do mercado de seguros”, admitiu o superintendente de TI da Porto Seguro, Marcos Sirelli. Ele acredita, no entanto, que o estabelecimento desse formato de venda no Brasil não será algo simples. “O mercado de seguros tem suas especificidades, assim como os consumidores brasileiros”, pontuou

Diretor da Bradesco Seguros, Curt Zimmermann chamou atenção para comportamentos que aceleram mudanças tecnológicas e destacou as *insurtechs* entre as novas oportunidades de relacionamento com clientes, mas Sirelli questionou a aproximação entre grandes empresas e *startups*. “Se as seguradoras levarem preocupações de anos de operação, será que as ideias e as inovações propostas serão as mesmas? Há o risco de se ‘matar’ as novas ideias.”



ECONOMIA DIGITAL

O Blockchain já é considerado por muitos uma revolução silenciosa, mas só o tempo vai dizer se essa tecnologia será avassaladora ou

Até 2020, o mundo investirá US\$ 37 bilhões (cerca de R\$ 118 bilhões) em pesquisas de inteligência artificial.

O impacto dessa tecnologia significa mudanças drásticas, mais agilidade nos processos, redução de custos. E também muitos riscos para o setor.

não para a economia digital. 'Cadeia de blocos' na tradução livre, Blockchain são bases de registros e dados, como o livro-razão da contabilidade, só que públicos e compartilhados, com base na confiança entre as pessoas sobre informações, saldos e transações.

A ferramenta possibilita movimentações com *bitcoins* ou criptomoedas, viabilizando trocas descentralizadas, transparentes e disponíveis à conferência pública, sem a mediação de um banco central.

O impacto dessa tecnologia significa mudanças drásticas, mais agilidade nos processos, redução de custos. E também muitos riscos para o setor. "É a peça que faltava na economia digital", definiu Mario Robredo, gerente sênior de Inovação e Novos Negócios Banking da Indra.



▲ Na palestra **Rompendo paradigmas no mercado de seguros**, da esquerda: Curt Zimmermann (palestrante), João Mostacada (moderador) e Marcos Sirelli (palestrante)



▲ Na palestra **Blockchain**, da esquerda: Paulo Kurpan (debatedor), Fabio Leme (moderador), Marcio Alexandre Malfatti (debatedor) e Mario Robredo (palestrante)

O Blockchain pode ser aplicado em processos de sinistros, análise do seguro e dos riscos da apólice. Mas o superintendente executivo de Negócios da CNseg, Paulo Kurpan, não imagina a ferramenta fazendo parte do cotidiano das seguradoras em curto prazo. Mas afirmou: "A CNseg está atenta às inovações,

e já vem promovendo ações junto a *startups*".

Para Marcio Alexandre Malfatti, sócio da Pimentel e Associados Advogados, a tecnologia pode funcionar maravilhosamente bem para contratos com duas possibilidades de respostas, sim ou não. Quando é preciso tirar dúvida, no entanto, só a tecnologia não basta.



▲ Na palestra **Proteção cibernética: a perspectiva de um Hacker**, da esquerda: Dennys Zimmermann (debatedor), Carlos Frederico (moderador) e Jamie Woodruff (palestrante)

Os riscos de cybercrimes só aumentam com a ampla conectividade da Internet das Coisas, em que todos os dispositivos passam a ter conexão com a Internet.



HACKER DO BEM

Foi-se o tempo em que o *hacker* se escondia no porão, usando capuz e máscara do *Anonymous*. Ele virou funcionário de empresas do crime, com jornada regular, encarregado de roubar dados de concorrentes. E o perigo se espalhou. Bonecas e brinquedos gravam conversas, pesquisa no Google revela contas correntes. Estes foram alguns alertas feitos por Jamie Woodruff, diretor técnico da Metrix Cloud.

O “*hacker* do bem” ajuda empresas a detectar vulnerabilidades e implementar proteções. Autista, Woodruff começou a hackear aos nove anos e hoje presta serviços a corporações e governos estrangeiros. Ele deixou o público de olhos arregalados ao falar de ferramentas como o Google Glass, que capta tudo pela imagem do rosto; a venda de dados pessoais a US\$ 1 na deep web; o acesso a babás eletrônicas e imagens de milhares de bebês; ataques cibernéticos diversos e muito mais. Dá medo.

Especialista na arte de manipular informação para obter dados, Woodruff afirmou: “Em três dias de observação, posso saber onde a pessoa está e como roubar seus dados. Não preciso de tecnologia para isso, é só observar as vulnerabilidades da pessoa. A diferença é que sou um *hacker* ético”, disse, acrescentando que não basta a empresa investir milhões em tecnologia, se não treinar bem os funcionários – lado mais vulnerável na linha de proteção.

O moderador Carlos Frederico, CEO da Austral Seguradora, defendeu leis atentas a esses crimes e mais divulgação. Para Dennys Zimmermann, da Fábio Torres Advogados Associados, a falta de informação dificulta a formação de massa crítica nas seguradoras para avaliar risco e precificar produtos.



INOVAÇÃO & SOBREVIVÊNCIA

Os mistérios do amanhã deixam as empresas na encruzilhada para decidir. Ser digital é uma ordem, mas só 5% das ações inovadoras terão sucesso. E não apostar é assumir o risco de desaparecer. Boa parte das empresas do ranking Forbes já foram substituídas. Então, o que fazer? A primeira resposta: observar o que deu certo.

De que adianta lançar produtos digitais, se o competidor copia seu produto? “Para inovar, você tem de ter uma equipe toda orquestrada”, definiu Francisco Fazio, diretor da Delloite. Bom exemplo deu a Progressive: percebendo que perdia clientes ao falar do preço em primeiro plano, passou a perguntar: quanto você pode pagar? A proposta passou a nascer da resposta.

O portal Oscar também é sucesso. Um casal foi se vacinar, mas o plano só permitia uma pessoa por dia. Frustrada, a dupla criou o Oscar, que liga pacientes e médicos para consultas básicas que dispensam o deslocamento.

“A Lemonade conquistou os locatários de imóveis e está roubando clientes de gigantes como a Geico”, alertou Fazio. No Brasil, com poucas novidades diante das quase 2 mil *insurtechs* no mundo, é diferente. “Temos um mercado tradicional rentável, mas até quando?”, questionou o moderador Ismael Tessari Grandi, superintendente da BB Seguridade.

“Ninguém pode ignorar a inovação, por mais que tenha aversão a risco. É preciso mudar a estratégia de reduzir preço para ter escala, e conquistar mercado com ganho de eficiência contínuo”, aconselha o presidente da TransUnion, Juarez Zortea.

Questionado se Amazon, Google e Facebook, que sabem tudo do consumidor, são um risco para as seguradoras, Zortea respondeu com um sonoro sim. “É preciso saber a gravidade da situação e tomar a decisão de ir adiante. Parar de querer medir o impacto de tudo e agir, negociar com concorrentes e construir o futuro com ações no dia a dia”, recomenda.

No Brasil, com poucas novidades diante das quase 2 mil insurtechs existentes no mundo, o mercado tradicional ainda é rentável.

Muitas empresas podem se tornar obsoletas com as inovações tecnológicas. A relevância delas não mais está associada ao porte ou à capacidade de investimento.



DESTRUÇÃO CRIATIVA

Desconstruir a empresa em nome da criatividade e da inovação foi a proposta do web-ativista Gil Giardelli, na mesa que debateu a revolução cognitiva. Para o especialista, a inovação tecnológica é o principal motor da economia mundial e deve ser estimulada constantemente por setores que pretendam sobreviver de forma sustentável em longo prazo. “Inovar custa caro? Caro é o fim do negócio”, frisou. “Se considerarmos os conceitos dos novos economistas, estamos vivendo uma explosão como nunca antes vista. Quem não se preparou para essa era está sofrendo.”

A constatação é verdadeira, principalmente para os setores que, frente às mudanças tecnológicas, podem se tornar obsoletos. Os casos não são poucos: o rol inclui a indústria automobilís-



▲ Na palestra **Inovação no Mercado de Seguros – Dados alternativos para melhor tomada de decisão**, da esquerda: Juarez Zortea (palestrante), Ismael Grandi (moderador) e Francesco Fazio (palestrante)



▲ No painel **A revolução cognitiva, humanidade, robôs e inovação**, Gil Giardelli (palestrante)

tica, as empresas de telefonia, o setor financeiro e até mesmo escritórios de advocacia. Diante do alcance crescente da robótica, a relevância das empresas não mais está associada a seu porte ou à capacidade de investimento.

O conceito gira em torno da “desconstrução” das empresas para que, por fim, elas preservem apenas o fundamental e necessário aos consumidores. “Uma boa experiência virou commodity”, definiu o espe-

cialista, que há 18 anos estuda atividades ligadas aos temas de sociedade em rede, colaboração humana, economia criativa e transformação digital.

No âmbito da economia brasileira, Giardelli avalia que as empresas nacionais estão ainda muito atrás do ritmo mundial de crescimento. “O brasileiro é muito criativo, mas pouco inovador”, definiu. “O problema hoje não é mais da tecnologia, é da liderança”.

CRESCE A TRANSFERÊNCIA DE RISCOS DE SEGUROS AO MERCADO DE CAPITAIS



▲ Na palestra **Transferência de Risco – Mercado de Capitais**, da esquerda: Rodrigo Botti (palestrante), Alexandre Leal (moderador) e Roberto Takatsu (debatedor)

A olado de tecnologias como impressão 3D, carro elétrico e bitcoins, a Insurance Securitization (no Brasil, Instrumentos Ligados a Seguros – ILS) já foi indicada pelo Citibank como uma das dez ferramentas que revolucionariam o mundo. Segundo o diretor-geral da Terra Brasis, Rodrigo Botti, que participou da abertura do 5º Encontro Nacional de Atuários – evento integrado à 8^a CONSEGURO – a transferência de riscos ao mercado de capitais vem transformando a indústria de seguros internacional há 20 anos e tem enorme potencial no Brasil.

“Na operação tradicional, a resseguradora recebe o risco da seguradora, retém parte e passa outra aos parceiros retrocessionários. No nosso programa de securitização, a parte de maior risco é transferida ao mercado de capitais”, explicou Botti.

A queda do diferencial entre os juros do Brasil e dos EUA, segundo ele, tornará investimentos

em dólar cada vez mais atraentes, o que pode chamar a atenção dos investidores para o ILS. “Só falta a emissão dos títulos de investimentos ocorrer dentro do País, bem como a regulação”.

A transferência de riscos começou com foco na proteção contra catástrofes, mas hoje há espaço para seguros de Responsabilidade Civil, Automóveis, Garantia e Agrícola, entre outros. O superintendente de Investimentos da Tokio Marine, Roberto Takatsu, disse que, como investidor, enxergava oportunidades nos produtos de Vida. “Uma combinação dos dois ativos em seus portfólios poderia impulsionar bastante os mercados de transferência de riscos e Vida”, acrescentou.

O moderador Alexandre Leal, superintendente executivo técnico da CNseg, afirmou que a Comissão de Investimentos da Confederação está à disposição para aprofundar os debates, tirar dúvidas e ouvir sugestões.

A transferência de riscos começou com foco na proteção contra catástrofes, mas hoje há espaço para seguros de RC, Auto, Garantia e Agrícola.



IMPACTOS DA TECNOLOGIA

A criação de tecnologias em saúde é inevitável, mas os impactos devem ser medidos, englobando análises de riscos, aspectos econômicos, financeiros, orçamentários e regulatórios. “A institucionalização da avaliação tecnológica pode ajudar o governo e empresas”, avaliou o professor Giacomo Balbinotto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. “Os impactos podem e devem ser medidos”, opinou.

Para Sandro Leal, mediador dos debates, os consumidores anseiam por inovações, mas as limitações financeiras dificultam compatibilizar vontades, necessidades e capacidade de pagamento. “Para o consumidor, o que importa é a prescrição médica, na qual ele confia cegamente”, afirmou o superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde.

“A resolução da ANS sobre junta médica dará mais transparência para casos de negativas”, apontou Patricia Cardoso, defensora pública do Estado do Rio Janeiro e coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor – Nudecon.

Consultor da Porto Seguro Saúde, Roberto Márcio Vianna ressaltou que os estudos são feitos para a saúde pública e que, desde a primeira atu-

Os beneficiários de planos anseiam por novas tecnologias para solucionar todos os problemas, mas a ciência mostra que nem sempre isso acontece.

Avaliação é importante para identificar portfólios e melhorar o retorno do capital investido, mas também sob a ótica atuarial e gestão de riscos.

alização do Rol, houve um avanço de avaliação de tecnologias. “O impacto de custo não é feito para a nossa realidade e necessita de parâmetros técnicos com um grau maior de acurácia. A discussão ainda é polarizada, infelizmente, entre quem propõe, os demandantes, e as operadoras de planos de saúde”, afirmou.

Para o coordenador da Área de Informações Estratégicas e Atuariais da Unimed Fortaleza, Nazareno Jr., não há uma frequência de utilização para basear a precificação, falta literatura nacional e de metodologia da ANS. “Falta padronização. Além disso, o mercado não aceita valores muitos altos. Precisamos melhorar a metodologia”, defendeu.



▲ Na palestra **Incorporação de Tecnologias e Impactos na Operação e Precificação na Saúde Suplementar**, da esquerda: Nazareno Jr. e Roberto Márcio Viana (debatedores), Sandro Leal (moderador), Patrícia Cardoso e Giacomo Balbinotto Neto (palestrantes)



▲ Na palestra **Avaliação de Risco de Crédito**, da esquerda: Marcelo Otávio Wagner (debatedor), Gustavo Genovez (moderador) e Conrad Albrecht (palestrante)

● ● ●
**ANÁLISE
DE RISCOS**

A importância das avaliações de risco de crédito nas operações das seguradoras foi o tema de um dos debates do ENA, moderado por Gustavo Genovez, superintendente atuarial da Mitsui Su-

mitomo, que falou sobre a importância de diversificar, melhorar o retorno financeiro, modelar a avaliação e observar a gestão de risco nos processos de governança.

O head de Análise de Crédito da MSCI para a América Latina, Conrad Albrecht, defendeu que as empresas não analisem um ativo isolado, mas a correlação entre ativos. À medida em que a car-

O uso do Data Science no mercado segurador é inevitável, e é preciso aperfeiçoar habilidades e softwares para analisar o *big data*.

teira abre mercados, a análise de portfólio precisa do auxílio de um sistema como o oferecido pela MSCI. “Com visão holística do portfólio, é possível capturar o risco e a correlação entre ativos, volatilidades e retornos, movimentos correlacionados, riscos e perdas”, afirmou.

O superintendente de Planejamento de Investimentos da Brasilprev, Marcelo Otávio Wagner, observou que a maior parte da carteira de ativos das seguradoras é de títulos federais. Com a queda dos juros, a oportunidade é de diversificar. Ele comparou o cenário com os do Chile nos anos 1990 e do México na década passada, concluindo que quem dominar as técnicas de análises de portfolio mais complexas “terá uma chance de ouro”.



DATA SCIENCE

Investir em conhecimento nunca foi tão importante para o mercado. Na era da informação, o atuário está preparado para ser um “cientista de dados”? Foi a provocação de Cristina Mano, sócia diretora da Cantanhede Mano Consultoria em Atuária. Segundo ela, em parte, sim, mas é preciso entender



▲ Na palestra **Precificação no âmbito do Data-Science**, da esquerda: Saint' Clair Lima (moderador), Cristina Mano (palestrante) e Eduardo Fraga (debatedor)



▲ Na palestra **Estudo de Improvement**, da esquerda: Alfredo Laila Neto (debatedor), Nelson Emiliano (moderador) e Thais Fonseca (palestrante)

como o mundo dos negócios se altera quando robôs e algoritmos analisam as informações.

A provocação mexeu com a plateia de atuários, que se queixam do fato de técnicos em TI estarem ocupando seus lugares porque sabem manusear algoritmos de precificação. Cristina foi enfática: o uso do Data Science no mercado segurador é

inevitável, e é preciso aperfeiçoar habilidades e softwares para analisar o *big data*. O investimento pessoal em estudos vale a pena. “Todos ganham: o cliente muda ao ter consciência dos riscos, a seguradora vende mais a preço melhor e a sociedade fica mais longevidade”, argumentou.

Segundo o diretor técnico Atuarial da



▲ Na palestra Capitalização: alternativas e oportunidades, da esquerda: Bernardo Castello (palestrante), Carlos Alberto dos Santos Correa (debatedor/moderador) e Natanael Castro (palestrante)

Os dados de qualidade de vida são diferentes entre EUA/Portugal e Brasil, mas os segurados têm acesso a serviços que se equivalem a países mais desenvolvidos.

Bradesco Auto RE, Saint Clair Lima, tudo isso acontece em algumas seguradoras. Parte disso já é realizado dentro da Bradesco. Hoje, o grupo conta com 30 atuários e estatísticos. "São seis bilhões de quilômetros rastreados de nossos clientes. O importante agora é trazer valor agregado com a prestação de serviço customizada", comentou.

Eduardo Fraga, funcionário da Susep e professor da Centro de Pesquisa e Economia do Seguro – CPES/ESNS e do Instituto de Matemática da UERJ, concorda. "O que precisa ganhar força agora é a educação", disse. Ele informou que a própria Susep tem rodado o mundo para enten-

der melhor como esse movimento de *insurtech* está afetando o setor e os consumidores. "Tudo está mudando muito rápido e temos de correr para acompanhar tanta mudança", concluiu.



EXPECTATIVA DE VIDA

Entre as mudanças velozes que o mundo observa está a da expectativa de vida. As opções para reduzir incertezas nesses cálculos foram destaque no Estudo de *improvement*, apresentado pela professora Thais Fonseca (UFRJ), que debatou com o diretor presidente da Zurich Santander, Alfredo Lalia Neto, e o superintendente técnico da Mongeral Aegon, Nelson Emiliano.

O estudo, encomendado pela FenaPrevi, será concluído em 2018 com respostas a questões estratégicas em cálculo de prêmios e formação de reservas técnicas. Quais fatores podem aumentar o poder preditivo dos modelos que explicam a mortalidade ao longo do tempo? Pode-se assumir hipóteses de não divergência entre feminino e masculino? A diminuição da mortalidade ocorre na mesma velocidade em todas as faixas?

A partir do uso do modelo Lee-Carter esten-

Uma das novidades no segmento é o título que substitui o fiador no aluguel. Em São Paulo, cerca de 2% dos contratos já são feitos com capitalização.

dido, ficou claro que há problemas de dados limitados. "Uma quantidade de dados históricos consistente permite previsões mais confiáveis em tempos futuros", lembrou a professora, referindo-se ao cálculo de expectativa de vida em 2060, por exemplo. No caso brasileiro, como a série histórica é de 2000, envolvendo apenas os segurados, é necessário recorrer a dados de Portugal ou dos Estados Unidos, que são os mais similares para ser incluídos ao modelo em teste pela UFRJ.



OPORTUNIDADES DA CAPITALIZAÇÃO

A comunicação tem papel determinante na competitividade dos títulos de Capitalização. No painel, o diretor executivo da FenaCap, Carlos Alberto dos Santos Correa, apontou a maior carência do produto: visibilidade. Natanael de Castro, diretor da SulAmérica, procurou desfazer mitos, como os de que Capitalização tem baixa rentabilidade e raros são os premiados. "Em 2016, 153.791 clientes foram sorteados e receberam R\$ 1,1 bilhão", enumerou.

Uma das novidades no segmento é o título que substitui o fiador no aluguel. Em São Paulo,

cerca de 2% dos contratos já são feitos com capitalização. "Se sairmos de 2% para 6%, saltaremos para R\$ 3 bilhões, um mar de oportunidades", afirmou Castro. Para aguçar o apetite do cliente, é preciso tornar mais atraentes o produto e a comunicação sobre ele.

A queda da inflação deixa a remuneração da poupança equivalente à da Capitalização, que tem a vantagem do sorteio, cita Bernardo Castello, superintendente executivo da Bradesco Vida e Previdência. Mas vale ressalvar que, na poupança, não há imposto de renda, e é possível sacar a qualquer momento sem ágio.

Castello sugere flexibilizar a composição de preços para atrair o consumidor sem desestimular o acionista. É preciso, segundo ele, que a regulamentação evite excessos, como ter 90% de sorteio e 90% de remuneração. "Uma boa distribuição reduz o custo e aumenta o retorno para o cliente", sugere.

Enquanto a Susep reavalia a regulamentação, os lançamentos ficam em modo de espera, o que influenciou a queda na arrecadação no ano passado em 2%, para R\$ 21 bilhões. Ainda assim, é muito acima do patamar de 2006, de R\$ 7,1 bilhões.



MAPA DOS RISCOS DE VIDA

Qualidade do sono, tabagismo, sedentarismo, estresse e até a genética já são observados no cálculo do seguro de vida. O americano Scott Rushing, chefe de Pesquisa Global da RGA Reinsurance Company, apresentou estudos sobre fatores de risco. Fumantes terão 10 anos a menos de vida, mas a média varia de acordo com o país e até com o tipo de tabaco: cigarro, charuto ou cachimbo.

Uma surpresa: bebida alcóolica nem sempre é prejudicial. Realizado com 300 mil pessoas, o estudo aponta o efeito do consumo leve na prevenção da mortalidade, por auxiliar nas doenças cardiovasculares. Genética e estudo de genes estão entre as novas variáveis. Pressão arterial, temperatura do corpo e número de passos também



Na palestra **Espiando o futuro: mortalidade e tendências**, da esquerda: Daniel Beneton (debatedor), Gláucia Carvalho (moderadora) e Scott Rushing (palestrante)

Estudos sobre fatores de risco revelam que fumantes terão 10 anos a menos de vida, mas a média varia de acordo com o país.

mapeiam riscos. "O exercício diminui a mortalidade, enquanto o sedentarismo provoca impacto de 5% a 10%", disse ele.

"Mapear riscos e quantificar é o nosso dia a dia. Sem informações, é só opinião", observou a moderadora do painel, Gláucia Carvalho, superintendente Atuarial da SulAmérica. Para Daniel Beneton, gerente de Modelagem da Brasilprev, o Brasil acompanha as inovações, mas alguns componentes nem as americanas conseguem adotar, pois esbarram na cultura e na legislação.

"É um desafio equilibrar tantas variáveis com o anseio do cliente de encontrar uma solução

fácil", completa o gerente da Brasilprev. Para o palestrante americano, são muitas as opções de cálculo, dependendo dos fatores culturais e econômicos. "Alguns usam mais o tabagismo como variável; outros, a renda familiar. Os Estados Unidos gostam de utilizar o código postal. Precisamos usar bem todos os dados para pensar no futuro", finalizou Scott.



Aponte seu leitor de QR Code para este código e accese a cobertura completa da 8^a CONSEGURO.

O jornalista Aziz Filho consolidou os textos produzidos ao longo do evento pelos repórteres André Felipe, Bianca Rocha, Carmen Nery, Denise Bueno, Jorge Clapp, Juliana D'Angelo, Katia Luane, Lais Muniz, Luigi Mazza, Mariana Yagi, Renata Batista, Rodolfo Campos e Wagner Ricardo.

Fotografia: divulgação CNseg

SEU **PARCEIRO** DE NEGÓCIOS NA AMÉRICA LATINA

Referência por sua tradição, conhecimento e tecnologia aplicada, o IRB Brasil RE oferece cobertura para riscos em todas as grandes linhas de negócios no Brasil e no exterior.

Com quase 80 anos de história, a companhia desenvolve soluções customizadas para seus clientes e investe constantemente em inovação, capacitação profissional e gestão operacional.

IRB Brasil RE





IMPULSIONAMOS O MERCADO SEGURADOR PARA SUPERAR OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Na transformação sem precedentes que o **mercado segurador** está vivenciando, a experiência do cliente tornou-se um dos pilares fundamentais para gerar valor às seguradoras. O sucesso no ambiente digital depende da capacidade de resposta e flexibilidade das empresas para entregar produtos e serviços que melhorem a satisfação de seus clientes.

Apoiados nos **mais de 30 anos** dedicados ao entendimento do mercado segurador, nos convertermos como parceiro tecnológico chave das seguradoras para torná-las mais ágeis e presentes para oferecer o produto correto ao cliente correto, por meio do canal adequado e no momento adequado.

Nossas capacidades tecnológicas e de consultoria já apóiam as principais seguradoras no Brasil e no mundo a superarem os desafios da **transformação digital**:

- Soluções para o cliente
- Soluções para o agente comercial
- Soluções de produtos e operações
- BPO
- Outsourcing
- Consultoria tecnológica e de negócios